

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

OS SENTIDOS ATRIBUÍDOS POR AGRICULTORES ÀS
TECNOLOGIAS UTILIZADAS EM SEU COTIDIANO DE TRABALHO

FLORIANÓPOLIS

2007

MICHELE CAROLINE STOLF

OS SENTIDOS ATRIBUÍDOS POR AGRICULTORES ÀS
TECNOLOGIAS UTILIZADAS EM SEU COTIDIANO DE TRABALHO

**Dissertação apresentada como requisito parcial
à obtenção do grau de Mestre em Psicologia,
Programa de Pós-Graduação em Psicologia,
Mestrado, Centro de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Federal de Santa
Catarina.**

**Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Chalfin
Coutinho**

FLORIANÓPOLIS

2007

AGRADECIMENTOS

Aos agricultores participantes da pesquisa, agradeço a acolhida e a disponibilidade em relatar suas vidas, possibilitando a realização deste estudo.

À Profª Maria Chalfin Coutinho, por dividir comigo um pouco de sua grande sabedoria, nunca me deixando sem respostas ou sem saber que rumo seguir. Obrigada pelo apoio, incentivo e compreensão.

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, pela oportunidade de extensão da minha carreira acadêmica.

À minha orientadora da graduação, Profª Micheline Ramos de Oliveira, pelo incentivo à continuar minha trajetória acadêmica.

Aos meus pais, a quem devo muito do que sou e que sempre me apoiaram ao longo de mais esta etapa de minha vida.

À minha vó, meu namorado, meus irmãos e amigos, pelo amor compartilhado em todos os momentos.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. TRABALHO E MODOS DE VIDA NO MEIO RURAL	14
3. CONSIDERAÇÕES SOBRE A TECNOLOGIA	20
3.1. O desenvolvimento da tecnologia e a sociedade	20
3.2. O uso de tecnologia na agricultura	24
4. A PRODUÇÃO SE SENTIDOS NA PERSPECTIVA DO CONSTRUCIONISMO SOCIAL E DOS ESTUDOS CULTURAIS	28
5. CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	35
5.1 Contexto e Participantes	36
5.2 Procedimentos para a coleta de informações	38
5.3 Procedimentos para a análise de dados	41
6. CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA	46
6.1 O cultivo de arroz na região do Alto Vale do Itajaí	46
6.2 Os agricultores entrevistados	53
6.2.1 Participantes	54
6.2.2 Descrição dos entrevistados	54
7. SENTIDOS DO TRABALHO AGRÍCOLA	61
7.1 Profissão que passa de pai para filho	61
7.2 Trabalho que se realiza com prazer	65
7.3 Dificuldades atuais trazem insegurança quanto ao futuro	69
8. SENTIDOS DA TECNOLOGIA	77
8.1 Mudanças no trabalho	77
8.2 Melhorias e problemas das tecnologias	81
8.2.1 Tecnologias que trazem melhorias	81
8.2.2 Problemas trazidos pela tecnologia	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS	93

APÊNDICES	100
Apêndice 1: Roteiro de Entrevista	101
Apêndice 2: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	103

RESUMO

Ao longo das últimas décadas, é intensa a inserção de tecnologias nos ambientes de trabalho, provocando transformações na forma de executar as tarefas e na relação dos trabalhadores com sua ocupação. Este fato ocorre também na agricultura, que busca utilizar tecnologias para aumentar a produtividade e reduzir o tempo de trabalho necessário para realizar processos. Nesta pesquisa, buscou-se identificar os sentidos que os agricultores do Alto Vale do Itajaí atribuem à estas tecnologias. Foram investigados os agricultores que cultivam arroz, no sistema de agricultura familiar. A categoria sentido foi definida à luz da perspectiva teórica do Construcionismo Social, na qual o sentido é uma produção social e interativa, através da qual as pessoas compreendem e lidam com as situações que as cercam. Ao longo do processo de investigação percebeu-se que o trabalho na agricultura tem uma conotação bastante positiva para os sujeitos entrevistados, apesar da difícil situação vivenciada atualmente. Os agricultores apresentaram ainda uma grande receptividade em relação às tecnologias, apontando-as como aliadas no processo de trabalho, ferramentas que surgiram para facilitar a sua vida e aumentar a produtividade de suas lavouras. Segundo eles, as tecnologias só não são usadas em maior grau devido ao seu alto custo, o que não permite que os agricultores melhorem seus índices de produtividade.

Palavras-chave: Produção de sentidos; Tecnologia; Trabalho agrícola.

ABSTRACT

For last decades, the introduction of technologies in working environments has become intense, changing the way tasks are performed and even the relationship between workers and their jobs. This has happened in agriculture as well, by introducing the use of technologies to increase the productivity and decrease the amount of time necessary to accomplish certain processes. In this research, we tried to identify the meaning farmers are giving to these technologies and the changes they bring along. In the researched region, prevails the small properties where people work in family farming. We chose farmers who grow rice, because it is the kind of activity where more technologies and changes have been introduced. The category was determined in the perspective of the Social Constructionism theory, where the objective is a social and interactive production, used to understand and deal with situations surrounding these people lives. Along the research process, we noticed that farming work is something really positive for the people interviewed, despite of the several difficulties they have. The farmers who participated in this research also showed a great receptivity to new technologies, viewing these technologies as their allies during the work process, because they are tools that make farming life easier and help them to increase the productivity of their crops. According to their words, farmers don't use more technology only because of the very high cost of it, which keeps them from increasing the productivity.

Key words: Meaning production; Technology; Farm work.

LISTA DE SIGLAS

Epagri: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.

Irga: Instituto Riograndense do Arroz

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Conab: Companhia Nacional de Abastecimento

Embrapa: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

INTRODUÇÃO

Neste estudo, buscou-se relacionar dois temas que ainda não têm sido estudados de forma muito aprofundada na área da Psicologia, quais sejam, o uso de tecnologias e o trabalho agrícola. De acordo com Tonelli (2000), estudos sobre as máquinas, a tecnologia e a técnica têm sido desenvolvidos pelas áreas da engenharia e arquitetura, portanto mais ligados ao funcionamento e utilização do que às relações entre homens e máquinas, ou pela sociologia, com intuito de discutir os modos de produção e organização do trabalho.

A partir da Primeira Guerra Mundial, os estudos na Psicologia se voltaram mais à construção de técnicas, na perspectiva de adaptação do homem às máquinas. Após a década de 70, as Psicologias Social e do Trabalho discutiram as conseqüências e as patologias decorrentes do uso de tecnologias, mas este ainda não tem sido um tema central da Psicologia Social nem da Psicologia do Trabalho e das Organizações, apesar dos processos de trabalho estarem definitivamente ligados ao uso de tecnologias (Tonelli, 2000).

A Psicologia tem realizado produções teóricas sobre o meio rural, mas, de acordo com Albuquerque (2002), esta ciência vem produzindo mais conhecimentos voltados às populações urbanas. O autor indica que 74,2% dos municípios brasileiros possuem menos de 20.000 habitantes, os quais possuem características basicamente rurais, abrigando 31.845.211 habitantes, o que corresponde a 18,77% da população nacional.

Tendo em vistas os dados acima, considera-se importante e necessária a realização de estudos que contemplem a parcela rural da população que vem sendo esquecida. É significativo também que se atente para as pequenas propriedades rurais onde se pratica a agricultura familiar, uma vez que estas são responsáveis pela produção de 50% dos alimentos básicos e da produção animal do Brasil (Albuquerque, 2002).

Diante destas informações, percebe-se a relevância teórica e prática da realização da presente pesquisa, que buscou investigar os sentidos das tecnologias para agricultores do Alto Vale do Itajaí. Esta região possui 29 municípios, sendo que na maioria deles a principal base econômica é a agricultura, praticada em pequenas propriedades, geralmente em regime familiar. Os principais produtos da região são o arroz, cebola, fumo, leite, milho e pequenos animais (suínos e aves). Um dos principais

destaques do Alto Vale do Itajaí é o município de Agronômica, que atinge os maiores índices de produtividade por hectare de arroz irrigado no mundo (Epagri, 2006). Estes índices sugerem a utilização de tecnologias agrícolas no processo produtivo, as quais implicam em mudanças e inovações no trabalho.

Graziano da Silva (1999) define tecnologia como a aplicação de uma ciência a certa atividade produtiva. Como a ciência é uma produção social, em uma sociedade capitalista, na qual o objetivo é produção de lucro, a tecnologia deve ser desenvolvida para proporcionar a geração de mais lucros, o que ocorre, também, no meio agrícola. O autor indica que a tecnologia pode trazer diversas inovações na agricultura, desde sementes selecionadas, adubos químicos e máquinas, até novas formas de executar o trabalho, sempre no sentido de aumentar a produtividade e reduzir o tempo aplicado nos processos de trabalho.

Albuquerque (2002) aponta o meio rural como um vasto campo de investigação e trabalho para a Psicologia, afirmando que muitos problemas vivenciados atualmente pelas grandes cidades têm sua origem no meio rural, pois os movimentos migratórios do campo à cidade geraram conseqüências de desenraizamento familiar, pobreza e marginalização. Segundo ele, é preciso pensar em políticas públicas que intervenham nas pequenas cidades de modo a incentivar os que querem permanecer e atrair de volta os que partiram.

Segundo as informações apontadas por este autor, percebe-se a importância de estudos que contemplem o meio rural e suas formas de vida, buscando compreender sua dinâmica para então sugerir soluções aos problemas ali enfrentados. Como indicado anteriormente, os agricultores, particularmente aqueles que residem na região do Alto Vale do Itajaí, estão vivenciando a inserção de tecnologias no processo produtivo, as quais implicam em mudanças nos procedimentos, ferramentas e até mesmo no ritmo de trabalho.

Devido aos fatores acima descritos, considera-se importante investigar os sentidos que os agricultores atribuem às tecnologias que utilizam em seu cotidiano de trabalho e às transformações que ocorrem no ambiente rural com a implantação destas. Neste sentido, a pergunta fundamental que norteou os passos da investigação na presente pesquisa foi: **Quais os sentidos atribuídos por agricultores às tecnologias utilizadas em seu cotidiano de trabalho?** O objetivo geral da pesquisa era responder a

esta pergunta principal, através do alcance dos objetivos específicos, que incluíam a investigação dos sentidos que o trabalho possui para estes agricultores; da relação que estes estabelecem entre o seu trabalho e o uso das tecnologias; da importância que estes trabalhadores dão às tecnologias e das formas como se relacionam com as inovações tecnológicas.

Ao trabalhar com a categoria sentido, é preciso atentar para o fato de que, atualmente, a mesma pode ser compreendida a partir de diferentes correntes teóricas, sendo que nesta pesquisa, optou-se por trabalhar com a perspectiva teórica do Construcionismo Social. Spink (2000) aponta que nesta abordagem, considera-se que o ser humano vive em uma realidade de sentidos múltiplos, conflitantes e contraditórios e, ao longo de sua história, atribui sentidos aos fatos que vivencia. Desta forma, a produção de sentidos está ligada ao contexto onde o sujeito encontra-se convive, portanto, todos os fatos que vivencia o levam a produzir sentidos, pois o sentido é a sua forma de compreensão do mundo.

Spink (2000) afirma que o sentido é uma construção social, coletiva e interativa, por meio do qual as pessoas compreendem e lidam com os fenômenos a sua volta e sua produção não é intra-individual nem segue modelos, é um fenômeno sociolinguístico, que se processa no contexto da ação social. De acordo com esta abordagem, buscou-se compreender como os agricultores compreendem e se relacionam com os aspectos relacionados ao seu trabalho, mais especificamente, com as tecnologias utilizadas nesta atividade.

Busca-se aqui, apresentar todos os passos do processo de investigação, bem como os resultados e conclusões alcançados. Para tanto, ao longo dos três próximos capítulos é exposta a base teórica da pesquisa, trazendo informações de autores que trabalham com os temas propostos. No capítulo 2, são trazidos alguns comentários acerca do trabalho e dos modos de vida no meio rural, pois este ambiente possui características que lhe são peculiares, tornando-o diferente do meio urbano. O capítulo 3 é voltado às considerações sobre a tecnologia e se divide em duas partes: na primeira, são feitos alguns apontamentos sobre o desenvolvimento das tecnologias e sua relação com a sociedade; na segunda, é explicitado o processo de inserção de tecnologia na agricultura e as principais mudanças que estas trazem às atividades agrícolas. O capítulo

4 busca explicitar brevemente a perspectiva teórica utilizada para compreender a produção de sentidos.

O quinto capítulo do presente trabalho dedica-se à explicitação do processo de investigação, apontando como foi a escolha e o contato com os participantes, a coleta de informações e sua posterior análise. O capítulo 6 traz uma descrição da região onde foi realizada a pesquisa, bem como um breve perfil de cada agricultor entrevistado. Os capítulos 7 e 8 dedicam-se à análise dos dados coletados e os resultados atingidos ao longo do processo de investigação.

O capítulo 7, que descreve os sentidos atribuídos pelos agricultores ao seu trabalho, se divide em três partes, ao longo das quais é possível observar a trajetória dos entrevistados. No primeiro item, demonstra-se como foi a inserção profissional destes agricultores, remetendo assim, ao seu passado. No segundo, são feitos comentários sobre a satisfação que os participantes possuem em trabalhar na sua profissão, a qual se expressa no presente. No terceiro item, são apresentadas as dúvidas e inseguranças que os entrevistados possuem em relação ao futuro, devido aos problemas que vivenciam.

No oitavo capítulo, são descritas as percepções dos entrevistados sobre o uso de tecnologias em seu trabalho, iniciando com a apresentação das mudanças ocorridas no seu cotidiano. Em seguida, são apresentadas as principais melhorias e também os problemas que vêm ocorrendo no trabalho com a inserção das tecnologias, segundo a opinião dos entrevistados. Finalmente, as considerações finais buscam tecer algumas conclusões acerca de todos os dados apresentados, bem como sugestões e apontamentos para novas pesquisas ou intervenções acerca do tema estudado.

2. TRABALHO E MODOS DE VIDA NO MEIO RURAL

O trabalho constitui parte fundamental da vida do homem, que, desde os primórdios de sua existência, vem exercendo atividades no sentido de garantir sua sobrevivência. De acordo com Marx (1998), o trabalho é um processo no qual participam o homem e a natureza, ocorrendo uma dupla transformação, pois o homem modifica a natureza e também a si mesmo. Neste sentido, pode-se afirmar que os animais também transformam a natureza, mas a grande diferença entre o trabalho humano e o animal é que o homem possui a concepção do que está fazendo, planejando o resultado de suas ações antes mesmo de iniciá-las.

Neste processo, Marx (1998) aponta que além do esforço físico, é preciso que o trabalhador tenha vontade, disposição para realização da tarefa e atenção na atividade que está exercendo. O resultado do processo de trabalho é sempre um valor-de-uso, ou seja, um produto feito com materiais da natureza para satisfazer necessidades humanas, no qual está incorporado o trabalho exercido por um ou mais trabalhadores. Portanto, o que antes estava em movimento e pertencia ao trabalhador, se revela depois fixo, incorporado ao produto final do trabalho.

O trabalho é um aspecto que possui grande participação na constituição dos sujeitos e seus modos de ser e estar no mundo, pois está presente em todas as esferas da vida humana, uma vez que mesmo atividades não remuneradas podem ser consideradas como trabalho. Coutinho (1999) afirma que o trabalho é um valor fundamental em nossa sociedade e estudos relacionados aos seus aspectos são importantes para compreender vários fenômenos sociais.

Albuquerque (2002) indica que a Psicologia, ao estudar a área do trabalho, pouco inclui em suas temáticas o trabalhador rural e seus modos de vida. O autor afirma que o mundo rural possui um modo de organização e características que lhe são particulares, pois as formas de trabalho não seguem os modelos urbanos, compostos principalmente por organizações e empresas. Por isso, ao pesquisar sobre o meio rural é preciso esquecer o “olhar” urbano e compreender os fatos de acordo com os modos de vida rurais.

Segundo Graziano da Silva (1999), dois terços dos trabalhadores do setor agrícola do Brasil correspondem à mão-de-obra familiar, a qual é definida por

Wanderley (2001, p. 23) como “aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo”. Esta autora afirma ainda que o caráter familiar do trabalho não é apenas um detalhe, mas que esta estrutura modifica de forma significativa a maneira como a família age econômica e socialmente.

É importante destacar também que cada família é um núcleo de produção que trabalha e se relaciona de maneira diferente das outras, pois “as explorações familiares agrícolas não constituem um grupo social homogêneo” (Lamarche, 1997, p. 18). Portanto, “a exploração familiar não é um elemento da diversidade, mas contém nela mesma toda essa diversidade” (Lamarche, 1997, p. 18). Analisando as informações trazidas por este autor, percebe-se que é preciso ter cautela ao fazer generalizações ou estabelecer comparações entre diferentes propriedades de exploração familiar, principalmente no Brasil, uma país que possui uma grande extensão e enorme diversidade cultural.

Apesar de toda esta heterogeneidade, Graziano da Silva (1999) traça algumas características que surgiram em suas pesquisas sobre agricultura familiar¹ como sendo comuns às propriedades investigadas por ele. Segundo o autor, as pequenas unidades de produção possuem quatro características básicas: realização de trabalho temporário fora da propriedade, longas jornadas de trabalho, baixas rendas e baixa produtividade. A realização de algum trabalho temporário fora da sua unidade produtiva ocorre no sentido de complementar à renda familiar, que, muitas vezes, não é suficiente para o sustento da família.

As longas jornadas de trabalho ocorrem principalmente porque a produção familiar precisa mais tempo de trabalho dos seus membros para conseguir permanecer competitiva no circuito da agricultura capitalista. Sobre as baixas rendas, Graziano da Silva (1999) analisa a categoria “autônoma” que trabalha em pequenas propriedades rurais, e demonstra uma grande diferença regional, pois no nordeste, as rendas são baixíssimas e há elevada proporção de pessoas com renda inferior a um salário mínimo.

¹ De forma oposta ao sistema de agricultura familiar, existe a agricultura patronal, a qual ocorre em grandes propriedades, que são administradas como empresas. De acordo com Vilela (2002), a agricultura patronal ocupa áreas maiores que a agricultura familiar, mas gera poucos empregos, devido ao uso de maquinário em grande escala. Além disso, a agricultura patronal apresenta forte concentração de renda e exclusão social.

Já nas regiões sul, centro-oeste e sudeste há um misto entre rendas mais elevadas e um alto grau de pobreza.

Sobre a baixa produtividade, Graziano da Silva (1999) indica que as pequenas propriedades costumam ter uma maior produção por unidade de área, devido ao “excesso de trabalho necessário para retirar, daqueles exíguos pedaços de terra, a sobrevivência da família” (Graziano da Silva, 1999, p. 114). Portanto, a produção por hectare é maior nas pequenas propriedades, mas ao comparar a produção final destas em comparação às grandes propriedades, a produtividade é considerada pequena.

Mascareño (1999) confirma as características citadas por Graziano da Silva (1999) em seu estudo realizado com agricultores da Paraíba, onde aponta a difícil situação econômica vivenciada por estes trabalhadores, bem como condições de trabalho insatisfatórias aliadas ao pequeno tamanho e má qualidade da terra explorada. Diante disso, a autora afirma que muitos agricultores buscam melhorar as condições de trabalho, mas acreditam que a agricultura pode apenas lhes fornecer condições de subsistência, não melhorias na qualidade de vida. Pelos resultados deste estudo, percebe-se que os agricultores não possuem grandes perspectivas em relação ao futuro no campo.

Sobre os modos de vida no meio rural, Albuquerque (2002) descreve que a produção agrária não é mais a única fonte de renda, pois as pequenas indústrias, o comércio e as aposentadorias constituem atualmente outras fontes de recursos para os pequenos municípios. O autor afirma que uma sociedade rural consiste em um grupo de pessoas que residem em uma área rural, exercendo atividades na agricultura ou em outros setores, incluindo aquelas que vivem no meio rural, mas trabalham em outras localidades, rurais ou urbanas, para onde se deslocam diariamente para realizar suas atividades.

Ao realizar um estudo acerca dos conceitos de rural e urbano, Albuquerque e Pimentel (2004) concluíram que existe uma dicotomização entre estes ambientes, pois as pessoas os descrevem como espaços diferentes, não existindo interseção entre alguns aspectos. Os autores apontam que esta afirmação não é verdadeira, uma vez que a industrialização e a prestação de serviços já chegaram ao meio rural, ainda que de forma tímida, mas muitos acreditam que no meio rural são exercidas apenas atividades exclusivamente agrícolas.

Outra característica geralmente associada ao meio rural, segundo Paulilo (2004), é a visão “romântica” que muitos têm deste ambiente, apontando a vida em comunidade, a qual é considerada como um lugar de igualdade, integração, tradição e afeto, onde não há conflitos, mudanças e hierarquias. Desta forma, as comunidades (meio rural) são consideradas o lugar da emoção, ao passo que nas sociedades (ambiente urbano) há o predomínio da racionalidade, do pensamento, dos interesses individuais e da independência. Mas a autora aponta a necessidade de desconstruir estes conceitos para avançar no pensamento crítico, pois não é possível definir e generalizar desta forma os dois ambientes, que muitas vezes apresentam características diferentes das acima citadas. Além disso, pode ocorrer uma “mistura” entre urbano e rural, por isso é importante não considerar os conceitos de rural e urbano como absolutos e opostos.

Albuquerque (2002) descreve alguns problemas vivenciados no meio rural, como a inexistência de programas de saúde, educação e justiça em muitas áreas rurais, obrigando os habitantes a manterem boas relações com os políticos ou “coronéis” locais, para conseguirem ambulâncias, medicamentos e hospital quando necessitam. Fatos como estes muitas vezes colaboram para que os agricultores e, mais especificamente, seus filhos, abandonem a vida no campo indo em busca de outros tipos de trabalho, principalmente em ambientes urbanos.

Stropasolas (2004) indica que muitos jovens filhos de agricultores estão deixando o meio rural, para tentarem melhores condições de vida nas cidades, principalmente aqueles que têm acesso ao estudo. O autor aponta ainda uma maior saída do campo por parte das moças, explicando que no meio rural os herdeiros das propriedades geralmente são os homens, cabendo às mulheres apenas o serviço doméstico, a submissão e a dependência financeira em relação ao marido. Por isso, Stropasolas (2004) afirma que os jovens que permanecem no campo estão enfrentando dificuldades em encontrar parceiras para constituírem uma vida em família.

Sobre este aspecto, Paulilo (2004) traz informações que confirmam a exclusão das mulheres na divisão dos bens advindos da agricultura familiar, indicando que os homens recebem as terras como herança, ao passo que as mulheres recebem dos pais apenas o enxoval quando se casam. Apenas em situações onde não há filhos homens ou estes não se interessam em continuar trabalhando na agricultura é que elas herdam a propriedade dos pais. A autora aponta ainda, que os filhos que saem do campo

para estudar, sejam homens ou mulheres, também não recebem nada na divisão da propriedade, visto que já receberam o pagamento dos estudos².

O acesso ao estudo, segundo Stropasolas (2005), constitui um “divisor de águas” nas escolhas para o futuro dos jovens filhos de agricultores, pois ao conviverem no ambiente urbano eles o desmistificam, conhecem as dificuldades, mas também os atrativos deste local. Após concluírem os estudos, o autor indica que as moças dificilmente voltam ao meio rural, a menos que seja para executar uma profissão alcançada na cidade, como a de professora, por exemplo. Já os rapazes, quando não “se acostumam” como o urbano, retornam ao campo, mas preferem trabalhar com independência financeira em relação aos pais e autonomia para possuir um negócio que seja somente seu, utilizando os conhecimentos de sua formação profissional e maquinário, para que o trabalho agrícola não exija tanto esforço físico como acontecia com seus pais.

Abramovay et al (2001) apontam também que muitos jovens filhos de agricultores demonstram vontade de permanecer trabalhando na agricultura como seus pais, mas o tamanho reduzido das propriedades e as poucas possibilidades de adquirir mais terras são fatores que limitam as condições de continuar nesta atividade. Por isso, os jovens participantes da pesquisa deste autor demonstram que quanto menor o tamanho da propriedade e a renda familiar, maiores são os desejos de abandonar o meio rural e tentar inserção profissional na cidade. Já os jovens pertencentes a famílias denominadas pelo autor como “capitalizadas”, demonstram maior interesse em continuar na propriedade familiar, trabalhando na agricultura³.

Apesar de alguns estudos apontarem o abandono do meio rural pelos jovens, Paulilo (2004, p. 235) salienta que “é a profissão de agricultor, entre todas, a que apresenta o maior número de filhos seguindo as atividades dos pais”. Percebe-se então, que ainda há muitos casos em que os filhos dão continuidade às atividades realizadas pelos pais nas propriedades rurais, mas, quando têm acesso ao estudo, passam a executar o trabalho de forma diferente, devido aos conhecimentos que adquiriram.

² Sobre este assunto, os artigos: *Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise* (Paulilo, 2004) e *O valor (do) casamento na agricultura familiar* (Stropasolas, 2004) trazem importantes informações sobre a questão da herança nas famílias agricultoras de Santa Catarina.

³ É importante destacar que os estudos realizados pelos autores Stropasolas (2005), Abramovay et al (2001) e Paulilo (2004) se referem à dados levantados no estado de Santa Catarina, não devendo assim, ser generalizados para outras regiões do país. Já os estudos de Albuquerque (2002) e Graziano da Silva (1999) possuem abrangência nacional.

Segundo Graziano da Silva (1999), para continuar garantindo o sustento das famílias, a pequena propriedade rural está permanentemente passando por transformações, sendo que uma das principais é a modernização, através da introdução de inovações tecnológicas no sentido de aumentar a produtividade e agilizar os processos de trabalho. A inserção de tecnologias nos ambientes de trabalho não é exclusividade do meio rural, mas um processo que vem ocorrendo em vários espaços, por isso faz-se necessário discutir seus aspectos na sociedade em geral e, mais especificamente, no ambiente rural.

3. CONSIDERAÇÕES SOBRE A TECNOLOGIA

3.1 O desenvolvimento da Tecnologia e a Sociedade

De acordo com Tonelli (2000), ao pensar em tecnologia, logo se imaginam as máquinas criadas a partir da Revolução Industrial, mas muito antes destas, existia uma série de invenções desenvolvidas com o objetivo de facilitar e acelerar os processos de trabalho. Como exemplo, podem ser citadas as prensas para produção de vinho e azeite de oliva observadas em pinturas de vasos egípcios, o parafuso de madeira, que surgiu em 55 d.C., sendo utilizado para prensar tecidos, além das rodas d'água, moinhos de vento, carrinhos de mão, entre outros.

O desenvolvimento de máquinas mais elaboradas, capazes de substituir o trabalho humano começou a ocorrer nos séculos XVII e XVIII, com o surgimento de teares e máquinas a vapor. Tonelli (2000) aponta que todas estas mudanças provocaram impactos no cotidiano e na organização do trabalho, contribuindo para o capitalismo industrial do século XIX e chegando as tecnologias informacionais e a era digital vivenciada atualmente.

A partir do início da década de 70, começaram a surgir pesquisas a respeito das conseqüências do uso da tecnologia na organização do trabalho. Os resultados apontaram para várias mudanças, entre elas as modificações na divisão do trabalho, na hierarquia das organizações, na qualificação dos trabalhadores, nos processos de liderança e decisões e até mesmo nas formas de relações sócio-profissionais (Ferreira, 2001).

A utilização do conceito de 'impacto' para referir-se às transformações sociais trazidas pelas tecnologias, tem sido questionada por alguns autores, como Benakouche (1999), pois desta forma supõe-se uma separação entre a tecnologia, que causaria os impactos, e a sociedade, que os sofreria. Esta autora defende a existência de um processo de mútua constituição, pois a técnica é construída por atores sociais, no contexto da sociedade. Assim, ao estudar a relação entre tecnologia e sociedade, é preciso evitar o determinismo tecnológico e “combater a dicotomia tecnologia-sociedade, procurando tratar de forma integrada os aspectos técnicos, sociais, econômicos e políticos do processo de inovação” (Benakouche, 1999, p. 4).

Castells (2000) possui um ponto de vista semelhante, afirmando que não é a sociedade quem determina a tecnologia, nem o oposto, o que ocorre é um processo de descoberta científica, inovação tecnológica e aplicações sociais onde a criatividade e a iniciativa empreendedora também interferem. Mas a sociedade pode, principalmente através dos mecanismos do Estado, conter o desenvolvimento da tecnologia, ou ainda entrar em um rápido processo de modernização tecnológica, modificando a economia, o poder militar e o bem-estar social em pouco tempo. Portanto, este autor aponta que a sociedade não é mera receptora das tecnologias, mas exerce um papel ativo nos processos de transformação.

O determinismo ou não da tecnologia sobre a sociedade é uma discussão polêmica que vem sendo aprofundada por diversos estudiosos. Dagnino (2006) divide os estudos sociais sobre ciência e tecnologia (C&T) em duas fortes vertentes: uma com foco de análise na ciência e tecnologia, e outra, na sociedade. Na primeira abordagem, acredita-se que a C&T avança de forma contínua e independente do meio social, influenciando ou não a sociedade. Já na segunda, é defendida a idéia de que o caráter e o uso que se faz da C&T são determinados pela sociedade, sendo que a C&T tende a reproduzir as relações sociais dominantes, impedindo a transformação social.

O referido autor descreve a tese da neutralidade da C&T, na qual se acredita que o desenvolvimento da ciência traz apenas progresso e melhorias para a humanidade. Nesta perspectiva, as pessoas tendem a considerar o presente melhor que o passado, e que o futuro será ainda melhor. Com isso, a acumulação de conhecimentos científicos conduziria ao progresso econômico e social, eliminando a pobreza e as desigualdades. A evolução científica possibilitaria também às pessoas o pensamento lógico e racional, sem julgamentos permeados pela emoção e paixão. Mas, como indica Dagnino (2006), a própria racionalidade possui valores e estes interferem nas decisões científicas, que deixam, portanto, de ser completamente neutras.

Seguindo este pensamento, surgem as abordagens com foco na sociedade, as quais indicam que as relações sociais, econômicas e políticas engendram o contexto onde é produzido o conhecimento científico e tecnológico. Este conhecimento possui, portanto, as características do contexto onde foi criado, contribuindo para seu desenvolvimento e permanência. Esta abordagem sobre a não-neutralidade da C&T vai ainda mais longe, indicando que, se o conhecimento científico é produzido em

determinado contexto, possuindo suas características e funcionando para mantê-lo, então este conhecimento pode não ser funcional em outro ambiente, outra sociedade que possua objetivos diferentes.

Dagnino (2006) aponta que esta perspectiva com foco na sociedade tenta demonstrar o quanto a C&T e a sociedade estão interligadas, não podendo em momento algum serem pensadas como aspectos isolados e independentes. Neste sentido, a C&T não busca promover mudanças no contexto onde foi criada, uma vez que foi produzida em função das relações que ali ocorrem, favorecendo apenas sua manutenção. Vários autores possuem visão semelhante, indicando o envolvimento da produção científica e tecnológica com o contexto onde esta surge.

Graziano da Silva (1999) aponta que a ciência é um conjunto de conhecimentos produzidos de acordo com o nível de desenvolvimento e com as necessidades da sociedade, sendo, portanto, um produto social. Então a tecnologia, que se constitui na aplicação da ciência ao processo produtivo, também está intimamente ligada ao objetivo da sociedade que a produz e utiliza, por isso, o autor afirma que ela cumpre duas funções na sociedade capitalista. Uma destas funções é de natureza econômica, pois aumenta a produtividade do trabalho e assim ocorre a formação de maior lucro para os capitais individuais. A outra está ligada à dominação social, uma vez que a tecnologia reproduz a divisão social do trabalho, mantendo o modo capitalista de produção.

Sobre a dominação, alguns autores possuem uma posição bastante crítica. É o caso de Marcuse (1999), o qual afirma que, com a tecnologia, o indivíduo precisa adaptar-se, pois no manuseio com a máquina ele deve apenas adequar seu ritmo ao processo dela, executando corretamente as funções que ela não tenha completado, ou seja, seu trabalho apenas complementa o trabalho da máquina ao invés de fazer uso dela. Neste contexto, um indivíduo eficiente é aquele que age somente de forma adequada às demandas, e “aquele que seguir as instruções será mais bem-sucedido, subordinando sua espontaneidade à sabedoria anônima que ordenou tudo para ele” (Marcuse, 1999, p. 80).

Desta forma, com a implantação da tecnologia, o capital tem o poder não só de acelerar o processo produtivo, mas também de planejar e organizar a divisão do trabalho, como ele deve ser executado e em quanto tempo. Por isso, Fonseca (1999)

indica que, além dos aspectos objetivos, a tecnologia define e organiza as relações de poder que se engendram no processo de trabalho.

A tecnologia então, não deve ser pensada fora da sociedade em que surgiu, nem das relações de produção onde é aplicada, pois “depende da forma de poder existente na sociedade na qual e para qual esses conhecimentos foram gerados” (Graziano da Silva, 1999, p.16). Desta forma, o autor define tecnologia como “uma relação social, e não um conjunto de ‘coisas’, como poderíamos pensar ao olhar as máquinas, os adubos químicos, as sementes, etc.” (1999, p. 16), ao falar sobre o meio rural.

O conceito de tecnologia utilizado por Graziano da Silva (1999) assemelha-se ao defendido por Benakouche (1999), que considera desnecessário fazer distinção entre os termos técnica e tecnologia, apontando que estes possuem três níveis de significado, os quais são: “objetos físicos ou artefatos; atividades ou processos; e conhecimento ou saber-fazer” (Benakouche, 1999, p. 4). Nesta pesquisa, o termo tecnologia é também compreendido desta forma, englobando não apenas as máquinas e produtos utilizados, mas também os novos procedimentos utilizados na agricultura e os conhecimentos necessários.

Tonelli (2000) comenta sobre a modificação do tempo decorrente das inovações tecnológicas, apontando que atualmente o tempo é de velocidade e aceleração. A sociedade vive uma era em que “o tempo é escasso, o tempo foge, o tempo é curto, tempo é dinheiro, o tempo passa rápido” (Tonelli, 2000, p. 84). A autora constatou que as máquinas, principalmente o computador, têm sido associadas à velocidade e à aceleração, pois permitem a realização das tarefas de forma cada vez mais rápida. Portanto, o tempo que rege a vida das pessoas é o tempo da máquina, ou seja, um tempo sempre mais veloz. Mas esta velocidade é ambígua, uma vez que pode ser facilitadora e instrumental ou limitadora e aprisionadora.

A velocidade facilitadora está associada à eficiência, acesso às informações, agilização de respostas, qualidade, progresso e a realização de um trabalho que exige mais criatividade, flexibilidade e pensamento. Já a velocidade aprisionadora foi associada à limitação das pessoas para lidar com as máquinas, a necessidade de esforços para não ficar para trás e não ficar parado no tempo, o paradoxo do computador (que ao

mesmo tempo acelera e traz lentidão aos processos), aos riscos com enxugamento de pessoal, as mudanças fora de controle.

Tonelli (2000) aponta, ainda, que as tecnologias são associadas a um aumento na carga e intensidade de trabalho, o que elimina a utopia de uma máquina que leve ao fim do trabalho humano. Esta intensificação do trabalho ocorre em várias profissões e o computador traz também a exigência da perfeição nas tarefas executadas. Para alguns profissionais, a exigência se manifesta na competição, pois o mercado de trabalho exige rapidez de decisão, flexibilidade e abertura à mudança.

A autora indica que as máquinas trouxeram inúmeras mudanças ao contexto de trabalho e à vida em geral. Segundo ela, “há, sem dúvida, um encantamento com a velocidade, mas há também a consciência de que o grau de exigência aumentou muito” (Tonelli, 2000, p. 107). Mas é importante ressaltar que este estudo foi realizado com trabalhadores urbanos, cujo ritmo de vida e trabalho se diferencia do ambiente rural. Portanto, os sentidos atribuídos às máquinas por agricultores podem também se apresentar de forma extremamente diferente. No próximo item, é feita uma breve elucidação sobre as inovações tecnológicas e as formas de trabalho atuais presentes no meio rural.

3.2 O uso de Tecnologia na Agricultura

De acordo com Graziano da Silva (1999), na agricultura as tecnologias podem trazer inovações mecânicas, físico-químicas, biológicas e agronômicas. A mecanização reduz o tempo necessário para realizar uma atividade e aumenta a intensidade e o ritmo de trabalho, mas não modifica o tempo de produção da mercadoria, como ocorre na indústria, e, se o faz, a mudança é muito pequena. A utilização de defensivos químicos e adubos orgânicos ou inorgânicos (inovações físico-químicas) agem para aumentar a produtividade, assim como a drenagem, irrigação e incorporação de matéria orgânica.

Pela utilização das inovações biológicas, o homem “interfere sobre as determinações da natureza, visando a acelerá-las ou a transformá-las de modo a romper as barreiras que se antepõem ao capital” (Graziano da Silva, 1999, p. 44). Assim, uma planta ou animal modificado para gerar maior produção em menos tempo são seres

fabricados pelo capital, que reproduz a natureza de acordo com seus interesses, possibilitando que a agricultura torne-se um ramo da indústria, pois como esta, supera os limites impostos pelas forças naturais.

O autor referido esclarece ainda que as inovações agronômicas consistem em novos procedimentos, métodos e práticas, que modificam a organização da produção e do trabalho nas propriedades agrícolas, possibilitando a implantação das inovações mecânicas, físico-químicas e biológicas. Elas geralmente promovem aumentos na lucratividade para o produtor rural.

Considerando que o desenvolvimento da tecnologia está ligado aos objetivos da sociedade e do capital, cabe avaliar que benefícios a inserção tecnológica no meio rural pode trazer. Sobre este assunto, Graziano da Silva (1999) inicia explanando que o trabalho total, para produção de determinada mercadoria (tanto no meio rural, como em outros setores produtivos) é composto pela reprodução da força de trabalho necessária nesta produção e pelo tempo de trabalho excedente, o qual será apropriado pelos detentores dos meios de produção, gerando lucros.

Para aumentar o trabalho excedente, o autor aponta que é fundamental diminuir o valor da força de trabalho, o qual corresponde ao valor dos meios de subsistência necessários para garantir o nível de vida normal do trabalhador e de sua família (o que basicamente corresponde a alimentos, vestuário e habitação). Desta forma, para diminuir o valor da força de trabalho, é necessário que haja diminuição no valor das mercadorias nos ramos de alimentos, vestuário e habitação, o que é alcançado pelo aumento da produtividade nos ramos em que são produzidas.

As informações acima demonstram que, aumentos da produtividade na agricultura, indústria têxtil e construção civil levam a diminuição do valor da força de trabalho em geral, pois a agricultura é um dos principais fornecedores de alimentos e matérias-primas para outros setores, como fibras têxteis, álcool, etc. Portanto, a introdução de tecnologias que trazem maiores índices de produtividade neste setor aumenta o trabalho excedente não somente na agricultura, mas também reduz o valor da força de trabalho em toda a sociedade, elevando os lucros e favorecendo a acumulação do capital (Graziano da Silva, 1999).

Por outro lado, este mesmo autor aponta que a agricultura apresenta certos obstáculos ao modo de produção capitalista, pois o processo de produção possui uma

duração maior, devido às leis da natureza, e também porque o tempo de trabalho é diferente do tempo de produção, visto que existem momentos de não-trabalho, o qual se constitui pela espera para que certos processos naturais se concluam, para então iniciar a próxima atividade. O progresso técnico vem tentando diminuir a duração do ciclo produtivo, através de seleção genética para criar variedades mais precoces, mas estes resultados são sempre modestos, pois não é possível produzir feijão em algumas horas ou madeira em poucos dias, por exemplo.

Embora haja limites na diminuição do tempo de produção, a inserção de inovações tecnológicas pode reduzir o tempo de trabalho de outras tarefas, como a utilização de tratores para o preparo do solo, de máquinas colheitadeiras para a colheita, aplicação de herbicidas ao invés das capinas, entre outras. Mas estes procedimentos podem aumentar o tempo de não-trabalho, o que segundo Graziano da Silva (1999), leva a diminuição no período de valorização do capital, pois quanto maior o tempo de não-trabalho, menor o período em que se produz mais-valia, uma vez que o trabalho vivo é quem acrescenta valor ao capital adiantado.

Albuquerque (2002) indica que muito conhecimento técnico vem sendo produzido no sentido de auxiliar a população rural, mas no Brasil este não tem sido efetivamente distribuído, pois os avanços tecnológicos foram voltados às grandes propriedades, excluindo os agricultores familiares. Mascareño (1999) aponta que o Governo tende a favorecer os grandes produtores, pois os pequenos não têm muita importância econômica, apesar das estatísticas mostradas por Albuquerque (2002), que apontam para a produção de cerca de 50% dos alimentos básicos em propriedades de exploração familiar.

Segundo Mascareño (1999), para que os pequenos proprietários rurais tenham acesso às inovações tecnológicas, é preciso incentivo do Governo e estudos e projetos específicos, além de um processo eficiente de comunicação entre os órgãos responsáveis pela difusão das inovações e os pequenos agricultores, levando à eles as informações necessárias para que compreendam os benefícios da tecnologia e apropriem-se dos conhecimentos necessários para utilizá-las.

De acordo com Mussoi (2003), a modernização da agricultura não leva em consideração os saberes populares tradicionais, pois a definição dos planos e políticas ocorre na escala governamental e das Secretarias de Estado. Assim, os “agricultores

eram (e são) considerados os ‘últimos elos da cadeia’, e a eles reservava-se a função de ‘adoção’ do que de ‘melhor’ existia **para** eles” (Mussoi, 2003, p. 217, grifo do autor). Neste sentido, surgem instituições oficiais responsáveis pela concepção, coordenação, supervisão e execução do desenvolvimento agrícola.

Ao serem transmitidas aos agricultores, estas tecnologias geram mudanças nas formas de executar o trabalho e também nas relações que os trabalhadores estabelecem com suas atividades. Assim, cada inovação pode ser compreendida de forma distinta por cada agricultor, uma vez que a compreensão de cada um acerca de seu trabalho também é diferente. Portanto, as tecnologias e as mudanças trazidas por elas são fenômenos produtores de diversos sentidos nos espaços onde são utilizadas. Busca-se, no próximo item, realizar uma breve explanação do conceito de sentido e do seu processo de produção, de acordo com a perspectiva teórica utilizada.

4. A PRODUÇÃO DE SENTIDOS NA PERSPECTIVA DO CONSTRUCIONISMO SOCIAL E DOS ESTUDOS CULTURAIS

Nos itens anteriores foram trazidas informações sobre a importância do âmbito do trabalho na constituição dos sujeitos e de toda a vida humana. Foram destacadas também as mudanças ocorridas no mundo do trabalho devido à constante inserção de tecnologias, as quais são produções humanas e por isso não podem ser consideradas de maneira descolada dos contextos onde foram desenvolvidas. Portanto, as mudanças trazidas pelas tecnologias ao ambiente de trabalho interferem na maneira como as pessoas se relacionam com o trabalho e entre elas mesmas.

Neste sentido, Tonelli (2000) aponta que é impossível pensar a humanidade sem seus objetos, mas muitos estudos “têm mantido em separado o mundo da técnica e o mundo dos significados, dentro de um pensamento que opõe o objetivo ao subjetivo” (Tonelli, 2000, p. 2). Por isso, ao considerar que a relação entre homem e tecnologia implica uma mútua constituição, é importante estudar as relações que as pessoas vêm estabelecendo com a tecnologia em seus contextos de trabalho de modo a revelar os sentidos que lhe são atribuídos.

A produção de sentidos tem sido foco de vários estudos em Psicologia e também em outras disciplinas da área das ciências sociais e humanas. De acordo com Tolfo, Coutinho, Almeida, Baasch e Cugnier (2005), a perspectiva histórico-cultural, baseada principalmente em Vygotsky, aponta para a íntima relação entre a produção de sentidos e o contexto onde esta ocorre, indicando assim, que cada palavra pode ter uma infinidade de sentidos, de acordo com a pessoa que a estiver utilizando. Outro teórico importante, apontado pelos autores, é Leontiev, o qual define os significados como produções coletivas que o sujeito encontra prontas na sociedade, enquanto que o sentido é a forma como este sujeito apreende os fenômenos objetivos.

Tolfo et al. (2005) descrevem ainda a abordagem construcionista, a qual se baseia na produção teórica dos sociólogos Berger e Luckmann. Estes indicam que a produção de sentidos ocorre nas consciências do indivíduo, que relaciona a experiência vivenciada com um conjunto de outras experiências, as quais constituem o acervo de conhecimento que ele possui. Existe ainda a perspectiva baseada nos Estudos Culturais,

que busca compreender os acontecimentos de acordo com seu contexto, enfatizando assim os aspectos culturais presentes na produção de sentidos.

Percebe-se assim, a existência de diversas abordagens sobre a produção de sentidos, sendo necessário optar por uma delas na elaboração do presente trabalho. Analisando os pressupostos teóricos de cada uma, buscou-se utilizar uma teoria que compreenda a produção de sentidos como uma interação entre os sujeitos e a realidade concreta que vivenciam, optando-se pela perspectiva teórica do construcionismo social.

O Construcionismo social resulta de três movimentos interdependentes: “na Filosofia, como uma reação ao representacionismo; na Sociologia do Conhecimento, como uma desconstrução da retórica da verdade, e na Política, como busca de *empowerment* de grupos socialmente marginalizados” (Spink e Frezza, 2000, p. 23). A Sociologia do Conhecimento, em seu início, focalizava questões epistemológicas, partindo da história das idéias ou das ciências, mas a proposta de Berger e Luckmann (1985) surgiu englobando o conhecimento do senso comum, buscando conhecer como as pessoas explicam a realidade que as cerca.

Os referidos autores salientam a importância de analisar a realidade da vida cotidiana e os conhecimentos que dirigem as condutas das pessoas em sua vivência diária. A vida cotidiana está organizada em torno do “aqui” e do “agora”, onde o trabalho ocupa posição importante, mas inclui também aspectos, como os planejamentos para o futuro ou o interesse em fatos que estão ocorrendo em outros locais. A contínua interação e comunicação com outras pessoas, que se dá principalmente pela linguagem é outro aspecto da vida cotidiana apontado pelos mesmos autores.

Berger e Luckmann (1985) apontam a importância da linguagem na produção de sentidos, afirmando que “a linguagem usada na vida cotidiana fornece-me continuamente as necessárias objetivações e determina a ordem em que estas adquirem sentido e na qual a vida cotidiana ganha significado para mim” (1985, p. 38). Spink (2004) confirma esta importância, indicando que o foco de interesse, na abordagem construcionista, é a linguagem em uso nos processos de interação social.

Pinheiro (2000) descreve a linguagem como um instrumento pelo qual as pessoas estabelecem relações com as coisas que as cercam, produzindo sentidos para as circunstâncias que vivenciam. Spink (2004) acrescenta que a linguagem é compreendida

como uma construção histórica situada em um determinado contexto, por isso, ao analisar as falas dos entrevistados em uma pesquisa, é importante situar esta fala: onde, como, porque e para quem ela surgiu.

Ao comentar sobre a centralidade da linguagem, Spink e Medrado (2000) fazem a distinção entre discurso e práticas discursivas utilizada nesta abordagem teórica. Definem práticas discursivas como momentos de ressignificação, rupturas, produções de sentido, situações de ordem e diversidade, que ocorrem quando o entrevistador questiona algo sobre o qual o entrevistado nunca havia refletido. Já o discurso é o uso institucionalizado da linguagem, que aparece em nível macro e micro na sociedade mudando de acordo com o tempo histórico. Os autores salientam que podem existir vários discursos diferentes acerca do mesmo tema ao mesmo tempo, os quais se modificam de acordo com os contextos onde foram produzidos.

De acordo com Guareschi, Medeiros e Bruschi (2003), o construcionismo social compreende o sujeito e o objeto como construções sociais e históricas, afirmando que ao falar sobre as coisas, as pessoas as constituem, pois o que dizem sobre elas não é uma representação, nem mesmo as coisas em si. Desta forma, o construcionismo critica a concepção representacionista de conhecimento e a retórica da verdade, salientando que as verdades são sempre construídas em contextos sociais de acordo com as regras que regem estes espaços.

Para o construcionismo, as formas de compreender o mundo são produtos sociais, pois a mente não é um espelho da natureza e o conhecimento não é algo que as pessoas possuem na cabeça, mas o constroem juntas, não sendo possível des-construir o que está construído, o que ocorre é uma liberação de espaço para que novas construções sejam feitas, ressignificando aquelas que já haviam (Spink e Medrado, 2000). Por isso, defende-se a idéia de espiral do conhecimento, onde conceitos novos e antigos convivem juntos, em um processo de ressignificação contínua.

Considerando todos estes aspectos, o construcionismo social, define sentido como:

uma construção social, um empreendimento coletivo mais precisamente interativo, por meio do qual as pessoas, na dinâmica das relações sociais, historicamente datadas e culturalmente localizadas, constroem os termos a partir

dos quais compreendem e lidam com as situações e fenômenos a sua volta. (Spink, 2004, p. 48)

Segundo Spink e Medrado (2000), a produção de sentidos não é intra-individual, nem segue modelos, é um fenômeno sociolinguístico, onde os sentidos são construídos quando duas ou mais vozes se confrontam. A produção de sentidos se processa no contexto da ação social, pois ao desempenhar qualquer função as pessoas produzem sentidos sobre o mundo. Berger e Luckmann (2004) também indicam as experiências vivenciadas como produtoras de sentido, afirmando que cada fato vivido é relacionado com as outras experiências que estão armazenadas no conhecimento subjetivo ou no acervo social.

De acordo com as informações trazidas até aqui, percebe-se como o processo de produção dos sentidos está intimamente ligado aos fatos vivenciados. Spink e Medrado (2000) indicam que vivemos em uma realidade de sentidos múltiplos, conflitantes e contraditórios e lidamos com estes sentidos, o que nos leva à escolha de versões sobre o mundo entre as várias existentes. Berger e Luckmann (2004) apontam que o momento atual pode provocar crises de sentido, pois as pessoas possuem acesso a muitas informações e realidades diferenciadas, as quais precisam julgar e aceitar para suas vidas ou não.

Ao discorrer sobre a contemporaneidade, Hall⁴ (2005) indica que mudanças estruturais vêm transformando as sociedades do final do século XX e início do XXI, o que fragmenta as referências culturais de classe, sexualidade, gênero, nacionalidade e até mesmo de trabalho. Com isso, “estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a idéia que temos de nós próprios como sujeitos integrados” (2005, p. 9). Desta forma, o autor aponta que as identidades estão em constante mudança, podendo ser caracterizadas como “posições” que o sujeito assume de acordo com os contextos e situações que vivencia.

O processo de formação da identidade apontado por Hall (2005), pode ser associado à produção de sentidos, que também ocorre na relação com o contexto e com as experiências vividas. Assim, o indivíduo, ao lidar com esta realidade ao longo de sua existência, busca uma coerência discursiva e vai formando sua identidade, onde o sentido é produzido interativamente (quem fala, quem ouve e os outros que falam e

⁴ O autor Hall fundamenta também a perspectiva dos Estudos Culturais, a qual será articulada com o Construcionismo Social no presente estudo.

ouvem) e a evocação de outros personagens durante a narrativa ocorre na busca de sentido e contribui para compreender como as pessoas significam sua história.

De acordo com Spink (2000), trabalha-se o contexto discursivo em três tempos, o tempo longo, o tempo vivido e o tempo curto, que se manifestam na vida das pessoas de várias maneiras. O tempo longo se refere aos aspectos culturais passados ao longo da história da civilização, são os conteúdos culturais de determinada época, os acontecimentos que antecedem a vida das pessoas, mas se fazem presentes nas instituições, modelos, normas.

O tempo vivido remete às experiências da pessoa no curso de sua história pessoal, onde ocorre a aprendizagem das linguagens sociais e de esquemas que são utilizados durante toda a vida. O tempo curto possibilita compreender a dinâmica da produção de sentidos, pois são os processos dialógicos, as interações sociais face-a-face onde interlocutores se comunicam e há interanimação dialógica, surgindo também polissemia e contradição. É preciso então, compreender como estes tempos se entrelaçam na história dos sujeitos, gerando discursos e construindo sentidos sobre a vida cotidiana.

Na definição dos tempos longo, vivido e curto percebe-se sempre a presença de aspectos da cultura, por isso neste estudo busca-se estabelecer um diálogo entre o Construcionismo e os Estudos Culturais, onde a cultura é um dos temas principais, sendo compreendida tanto como uma forma de vida – que se demonstra através de atitudes, idéias, linguagem, instituições, estruturas de poder – como uma gama de práticas culturais, sob a forma de textos, arquitetura, mercadorias. Surge então o conceito de “virada cultural”, pois a cultura não é mais considerada apenas uma forma de ligação entre os sujeitos e seu contexto, mas um aspecto fundamental e constitutivo da vida social.

Segundo Guareschi et al. (2003b), a cultura não é apenas reproduzida pelos sujeitos, mas é também produto de sua ação social, por isso os Estudos Culturais se concentram nos espaços populares, nas práticas da vida cotidiana, considerando a importância das relações de poder e das posições políticas. Nesta perspectiva, não é aceita a idéia de que o sujeito possui uma essência, mas se afirma que ele é construído cultural e historicamente, portanto não é idêntico o tempo todo, mas se modifica através dos tempos. Dessa forma, não são somente a escola, religião, sexualidade, raça e classe

social que produzem sentidos, mas todos os âmbitos com os quais os sujeitos estabelecem contato, como a mídia, ciência, trabalho e tantos outros.

Guareschi, Medeiros e Bruschi (2003a) apontam que as pesquisas embasadas nos Estudos Culturais possuem como aspectos fundamentais um projeto teórico e político, a interdisciplinaridade e a metodologia da bricolage. O projeto político deve-se ao fato de que os Estudos Culturais não pretendem ser neutros, mas defender os grupos que encontram-se em desvantagem nas relações de poder, buscando intervir e transformar a realidade política e social.

Spink e Menegon (1999) afirmam que a pesquisa com fundamentação construcionista busca examinar as convenções que são reguladoras do convívio cotidiano e compreender que são produzidas historicamente, permitindo assim participar nos processos de transformação social, a partir dos posicionamentos políticos e éticos. Percebe-se então uma convergência entre a proposta dos Estudos Culturais e do Construcionismo Social, que é a busca de transformação da realidade pesquisada e não apenas sua simples verificação.

O projeto teórico proposto pelos Estudos Culturais pauta-se na intenção de construir um campo novo de estudos, devido à insatisfação com os limites impostos pelas disciplinas existentes, como afirmam Guareschi et al. (2003a). Justamente por causa destes limites é que os Estudos Culturais propõem a interdisciplinaridade, defendendo a busca em várias disciplinas de saberes que possibilitem compreender e produzir conhecimento sobre o objeto de estudo da pesquisa que se está desenvolvendo.

Da interdisciplinaridade decorre que os Estudos Culturais não possuam uma metodologia que consideram como sua, defendem que existem múltiplas formas de pesquisar atualmente, sendo necessário estabelecer negociações complexas entre elas, pois uma forma única de investigação, pertencente a uma única disciplina não consegue apreender os vários aspectos da realidade. A metodologia então é mista, e “o que influencia a escolha das práticas de pesquisa são as questões que são feitas, e estas dependem de seu contexto” (Guareschi et al., 2003a, p. 35).

De acordo com estas informações, as autoras defendem que a metodologia não seja utilizada apenas para “encaixar” os dados coletados, mas sim para que o pesquisador possa ter uma melhor compreensão acerca destes. Por isso, é importante escolher formas de investigação que estejam em consonância com a perspectiva teórica

escolhida e com a realidade pesquisada. No próximo item, será explicitado o processo de coleta e análise dos dados, bem como o método seguido nesta pesquisa, o qual foi utilizado seguindo os pressupostos até aqui apresentados.

5. CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

De acordo com Gonzáles Rey (2002), houve um tempo em que a pesquisa em Psicologia desconsiderava o contexto do indivíduo, esquecendo que as características do homem estão sempre relacionadas com o seu meio. No final do século XIX surgem as primeiras tentativas de pesquisa qualitativa nos Estados Unidos, associadas ainda a uma perspectiva sociológica. Segundo o autor, no século XX a pesquisa qualitativa se sistematiza, sendo desenvolvido o modelo etnográfico que considera a pesquisa da cultura humana um processo participativo. Mas, nessa época, ainda havia uma grande preocupação com a neutralidade e objetividade, até que os resultados contraditórios levaram a perceber que esse método exige alternativas diferentes.

Atualmente, o método qualitativo é amplamente aceito e utilizado nas pesquisas em ciências sociais e humanas, uma vez que este surgiu justamente para investigar aspectos que o quantitativo não conseguia atingir. Portanto, o método qualitativo constitui uma forma diferente de fazer ciência, onde o objeto de estudo é um sujeito que interage, possui motivações e intenções, adotando diferentes posicionamentos de acordo com as tarefas que realiza (González Rey, 2002).

Alves (1991) aponta que o paradigma qualitativo considera a realidade como uma construção social da qual o pesquisador faz parte, não sendo possível compreender o sentido dos eventos sem considerar as inter-relações com o contexto onde ocorrem. Desta forma, a autora aponta que não é possível estabelecer relações lineares de causa e efeito entre os fenômenos, mas sim apreender os sentidos atribuídos pelos participantes aos fatos estudados. Como nesta pesquisa o objetivo é investigar a produção de sentidos, optou-se por trabalhar com o paradigma qualitativo.

Segundo Spink e Lima (2000), a pesquisa científica é uma prática reflexiva e crítica, mas também social que deve seguir alguns critérios estabelecidos historicamente e exige responsabilidade do pesquisador durante todo o processo, constituindo-se como um processo inacabado e contínuo de busca. As autoras indicam que, para uma pesquisa ser ética, ela precisa ser pensada como prática social, garantindo-se a visibilidade dos procedimentos de coleta e análise de dados e aceitando a dialogia intrínseca na relação

entre pesquisador e participante. Por isso, é importante que sejam explicitados todos os passos seguidos ao longo da realização desta pesquisa.

5.1 Contexto e Participantes

Na região do Alto Vale do Itajaí o setor agrícola possui como principal característica a exploração do tipo familiar, onde os trabalhadores são os proprietários dos meios de produção (ver capítulo 6). Em raros momentos ocorre a contratação de terceiros para auxílio no trabalho agrícola, como no momento do plantio ou da colheita, mas apesar disto, o tipo de exploração continua sendo considerado familiar. Os principais produtos cultivados na região são arroz, milho, fumo e cebola (Epagri, 2006).

Durante o processo de elaboração do projeto da presente pesquisa, foram realizadas duas entrevistas com o agrônomo da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) de Rio do Sul, onde este apontou que, na região do Alto Vale do Itajaí⁵, o setor que mais vinha sofrendo mudanças devido ao uso de tecnologias era o cultivo de arroz irrigado. Foi destacado ainda, que esta região possui os mais altos níveis de produtividade de arroz do mundo, fato que se deve, entre outros aspectos, ao uso intensivo de tecnologias. Com base nestas informações, foi decidido que os sujeitos da pesquisa seriam os agricultores que trabalham com arroz irrigado.

Nas entrevistas com este agrônomo, solicitou-se também a indicação de nomes de alguns agricultores que cultivam arroz e que seriam possíveis sujeitos do processo de investigação. Ainda no período de elaboração do projeto, em julho de 2005, foram realizadas duas entrevistas piloto com dois agricultores a fim de obter mais informações sobre seu trabalho e o uso de tecnologias. A partir dos dados obtidos nestas entrevistas, estabeleceu-se o critério de tempo de trabalho superior a dez anos, pois, de acordo com estes entrevistados, foi ao longo dos últimos dez anos que ocorreram as maiores mudanças no cultivo de arroz.

A realização de entrevistas piloto possibilitou ainda perceber a dinâmica de trabalho das famílias, onde, segundo informações trazidas pelos agricultores, as

⁵ O capítulo 6 do traz uma descrição e caracterização da região, comparando-a com outras regiões produtoras de arroz.

mulheres em geral se encarregam dos trabalhos mais voltados ao lar, como o cuidado com os animais e o plantio de verduras e frutas. Já os homens, atuam especificamente no plantio de arroz e, portanto, estão em contato direto com as tecnologias. Como o objetivo da pesquisa foi investigar a relação das pessoas com a tecnologia, percebeu-se que seria necessário entrevistar os homens.

No período de coleta de dados, a partir do início de 2006, os primeiros agricultores entrevistados formalmente foram aqueles que já haviam participado da entrevista piloto. Ao final das entrevistas com estes participantes, foi solicitado que indicassem outros agricultores que poderiam também participar da pesquisa. Desta forma, os contatos com novos participantes foram feitos através de indicações. A partir disto, a primeira interação com os agricultores foi realizada por telefone, onde era explicitado o procedimento de coleta de dados, os objetivos da pesquisa e suas finalidades.

Ao final destas explicitações, questionava-se aos agricultores sobre o interesse em participar do processo de investigação, sendo coletadas informações apenas com aqueles que se disponibilizaram a participar. Este procedimento é fundamental, pois de acordo com González Rey (2002), consegue-se atingir bons resultados nas pesquisas qualitativas quando os sujeitos estão motivados e envolvidos, gerando um processo interativo entre eles e o pesquisador. Essa interação começa a ser alcançada desde o processo de apresentação da pesquisa, onde o pesquisador deve dialogar com os participantes propondo temas, explicando o desenvolvimento do trabalho e aceitando opiniões e sugestões.

Com base nas afirmações do referido autor, no contato pessoal com cada participante da pesquisa buscou-se explicar novamente os procedimentos que seriam utilizados no decorrer do processo, lhes dando liberdade para fazerem questionamentos e tirar dúvidas. Foi salientado ainda, que, por tratar-se de uma pesquisa qualitativa, o importante era descobrir a “opinião” de cada sujeito sobre os assuntos questionados, ressaltando que não havia “respostas certas ou erradas” para as perguntas feitas. Percebeu-se que este procedimento era importante, uma vez que alguns agricultores não se mostravam muito seguros para participar das entrevistas, enfatizando que não possuíam muito estudo e por isso talvez não pudessem responder às questões.

É importante ressaltar que os agricultores foram bastante receptivos em relação à pesquisadora, demonstrando interesse e satisfação em relatar suas histórias e seu cotidiano de trabalho, muitas vezes demonstrando orgulho da atividade que realizam. Apenas dois agricultores, já no primeiro contato telefônico, se recusaram a participar das entrevistas, um deles alegando falta de tempo e o outro, problemas de saúde. Nestes casos, suas decisões foram respeitadas, buscando-se outros participantes que estivessem dispostos a participar do processo.

5.2 Procedimentos para a coleta de informações

A partir dos contatos por telefone, foram marcadas as entrevistas, sempre nos horários sugeridos pelos participantes, em suas residências. O principal instrumento utilizado para coleta de dados foi a realização de entrevistas individuais semi-estruturadas, as quais, de acordo com Triviños (1987), partem de questionamentos básicos apoiados na teoria e nos objetivos do estudo, mas que, ao mesmo tempo, oferecem mobilidade ao diálogo, pois novas perguntas podem ser formuladas de acordo com as respostas dos participantes. Estes podem seguir espontaneamente sua linha de pensamento e relatar suas experiências, participando assim, da construção dos resultados. Zago (2003) indica que neste tipo de entrevista a estrutura não é rígida, pois as questões previamente elaboradas podem ser alteradas de acordo com o direcionamento da investigação.

Szymanski (2000) afirma que as entrevistas semi-estruturadas são as mais indicadas em pesquisas qualitativas, uma vez que as entrevistas abertas extrapolam prazos e expectativas, indo muito além do assunto que o pesquisador quer estudar, e as entrevistas fechadas não favorecem a investigação de sentidos subjetivos. Segundo esta autora, a entrevista é um processo de interação humana através do qual se investigam fatos, opiniões sobre fatos, sentimentos, planos de ação, condutas atuais ou do passado, motivos para opiniões, sentimentos e condutas. Neste processo, o entrevistador busca criar uma situação de confiança, sabendo que o entrevistado quer ser ouvido, acreditado e considerado.

A entrevista é uma importante ferramenta de pesquisa, que, segundo Pinheiro (2000), pode fundamentar-se em diferentes abordagens teórico-metodológicas, mas em qualquer uma delas deve-se atentar para o primeiro encontro ou entrevista inicial, onde é importante entender as necessidades expressas pelos participantes. No decorrer das entrevistas, a autora indica que são evocados personagens que irão dar consistência à história e aos argumentos apresentados, dando condições para perceber alterações no posicionamento das pessoas e contribuindo para desvelar os sentidos atribuídos aos eventos investigados.

Spink e Frezza (2000) indicam que pela ruptura com o habitual é possível dar visibilidade aos sentidos, por isso uma das estratégias da entrevista é elaborar questionamentos acerca de temas sobre os quais os entrevistados talvez nunca tenham refletido, gerando práticas discursivas diversas. Desta forma “estamos, a todo momento, em nossas pesquisas, convidando os participantes ‘a produção de sentidos’” (Spink e Frezza, 2000, p. 45). Considerando as informações trazidas por estes autores, o roteiro para as entrevistas semi-estruturadas foi preparado para proporcionar a produção de sentidos e as práticas discursivas (Roteiro de Entrevista no Apêndice 1).

De acordo com os objetivos da pesquisa, o roteiro de entrevista foi preparado a partir de três principais campos: trajetória de vida e trabalho, trabalho e vida no meio rural e mudanças devido à inserção de tecnologias. Foram elaboradas perguntas a fim de aprofundar cada um destes itens, sendo que, no decorrer das entrevistas, de acordo com os conteúdos que surgiam, eram formuladas novas questões de aprofundamento ou ainda eram retiradas algumas perguntas, que já haviam sido respondidas anteriormente. Dependendo de como era iniciada a entrevista com cada participante, a ordem das questões não era seguida rigidamente, de modo a proporcionar uma entrevista mais informal e interativa.

Neste roteiro, buscou-se ainda trabalhar com a trajetória dos agricultores, iniciando-se a entrevista com perguntas relativas ao seu passado e o início na atividade agrícola, passando posteriormente aos fatos atuais. De acordo com Dubar (1998), a investigação sobre a trajetória individual, considerando tanto os aspectos objetivos (posições assumidas socialmente pelo sujeito) como os subjetivos (visões do

entrevistado sobre si e o mundo), é de extrema importância para investigar a formação da identidade, e, conseqüentemente, a produção de sentidos sobre estes aspectos.

Ao questionar sobre as experiências passadas, busca-se dar visibilidade aos tempos longo, vivido e curto, que são trabalhados no contexto discursivo, como indicado por Spink (2000) no capítulo 4. Desta forma, ao relatar sua trajetória profissional, os entrevistados traziam também a história de seus pais e os conteúdos culturais anteriores a eles, o que corresponde ao tempo longo. Os relatos sobre o período da infância até os dias atuais pertencem ao tempo vivido, do qual fazem parte também as perspectivas de futuro dos entrevistados.

O momento de realização das entrevistas constitui o tempo curto apontado pela autora, durante o qual ocorre a produção de sentidos sobre o assunto que está sendo abordado. É importante salientar o conhecimento produzido na pesquisa é baseado no tempo curto, no período de interação com os sujeitos, portanto, é um conhecimento referente aos sujeitos entrevistados naquele momento. Szymanski (2000) salienta que a construção do conhecimento vai depender da interação entre entrevistador e entrevistado, pois esta relação rege o curso da entrevista e as informações que surgem.

No curso da interação entre entrevistador e entrevistado, é necessário atentar para os pressupostos éticos, por isso, foi sempre solicitada a permissão dos entrevistados antes de utilizar o gravador, garantindo o anonimato e permitindo o acesso às gravações e análises posteriores. Seguindo os procedimentos éticos previstos pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina⁶, foi solicitado aos participantes que assinassem o termo de consentimento livre e esclarecido (Apêndice 2), no qual demonstraram sua concordância em participar da pesquisa.

As entrevistas foram realizadas na residência dos participantes, uma vez que não existe diferenciação entre casa e local de trabalho, pois trabalham em suas próprias terras, onde cultivam as plantações e residem junto a suas famílias. Sobre este procedimento, Zago (2003) indica que o local da entrevista é importante e pode facilitar o processo ou produzir constrangimentos. A autora afirma que existem algumas vantagens em realizar as entrevistas na residência dos participantes, pois isto pode

⁶ O projeto da presente pesquisa foi submetido à este Comitê de Ética, tendo recebido sua aprovação.

reduzir as interferências exteriores, facilitar a conversação, além de permitir que o pesquisador obtenha alguns dados pela observação do contexto e dos comportamentos que ali ocorrem.

As afirmações acima foram confirmadas no decorrer do processo de coleta de dados, uma vez que nas residências dos participantes, a pesquisadora pôde conhecer suas famílias, observar o ambiente, bem como perceber a dinâmica familiar. Em alguns casos as esposas ficaram presentes durante as entrevistas, mas pouco participaram dando suas opiniões. As visitas foram agendadas de forma individual, na residência de cada agricultor, sendo que surgiu uma situação onde dois agricultores estavam presentes para uma mesma entrevista, pois o entrevistado com quem foi mantido o contato decidiu chamar seu primo, que “sabia falar melhor”, para participar do processo também. Neste caso, a entrevista foi realizada simultaneamente com os dois participantes, atentando para as respostas de cada uma às perguntas realizadas.

Ao longo do processo de interação com os agricultores, a pesquisadora buscou sempre demonstrar respeito e consideração pelos entrevistados, dirigindo-se à eles como ‘senhor’, agradecendo sua disponibilidade tempo e respeitando os horários e locais sugeridos por eles para realização das entrevistas. Isso resultou em um ótimo relacionamento com os entrevistados, sendo que estes, ao final da entrevista, costumavam oferecer um café e permanecer conversando com a entrevistadora durante mais algum tempo, a respeito de diversos assuntos.

5.3 Procedimentos para a análise dos dados

A análise dos dados ocorreu durante e após o período de coleta, buscando não apenas descrever, mas também apreender os sentidos atribuídos pelos indivíduos aos fenômenos investigados. É importante lembrar o que González Rey (2002) afirma sobre o processo de análise, apontando que a teoria é um instrumento, e não um esquema onde se tenta encaixar as características dos indivíduos. A teoria deve ser administrada e articulada pelo pesquisador em um processo vivo, resultando num confronto de idéias acerca da realidade. Portanto, a teoria não é algo fechado e não se deve acreditar que ela pode dar conta de um fenômeno em todos os seus aspectos.

A tarefa interpretativa consiste em entender o processo de construção das regras de conversação e compreender as características das linguagens sociais. Esta interpretação é um processo de produção de sentidos, pois o sentido é o meio e o fim da pesquisa. De acordo com Pinheiro (2000), durante toda a pesquisa estamos fazendo interpretação, sendo necessário dar sentido aos diálogos, compreender os eventos à luz de categorias, hipóteses e informações contextuais variadas.

Spink e Lima (2000) salientam a importância de as ciências psicológicas e sociais concentrarem seus estudos também na forma como as pessoas falam, além do assunto abordado, pois damos sentido para tudo o que fazemos dentro de uma realidade intralingüística, socialmente negociada e construída. Spink e Frezza (2000) indicam que a abordagem construcionista busca compreender a produção de sentidos pelas ações, escolhas, linguagens, contextos dos participantes, utilizando o método de análise do discurso, o qual foi empregado para análise dos dados da presente pesquisa.

As autoras acima citadas indicam ainda que ao estudar a linguagem é necessário estar atento aos critérios propostos por Bruner (1984, apud Spink e Frezza, 2000), os quais são: foco na formatação, sendo que este consiste em analisar o quanto as falas dos entrevistados estão em consonância com as regras gramaticais que regem a linguagem; o foco no sentido, o qual indica a união de dois aspectos do enunciado: à que ele se refere no mundo real e o sentido que possui para quem se refere à ele; e o foco na performática, onde é importante considerar que as falas estão relacionadas ao momento, às condições, à intenção e ao modo como são utilizadas.

Outro autor que fundamenta a análise do discurso utilizada pelo Construcionismo Social é Potter (1987, apud Spink e Frezza, 2000). Ele indica que a análise do discurso possui três temáticas, sendo a primeira delas a função, na qual o discurso é compreendido como ação que constrói a realidade; a segunda é a construção, na qual se investiga a escolha e uso dos recursos lingüísticos existentes; e a terceira é a variação, que é consequência das duas primeiras, pois cada situação leva à escolha de diferentes recursos lingüísticos, gerando diferentes discursos.

Segundo Pinheiro (2000), o construcionismo considera essencial a análise das práticas discursivas para compreender a produção de sentidos no cotidiano, pois somos produtos de nossa época e seguimos alguns critérios para a vida em sociedade.

Neste contexto, a linguagem tem papel central nos processos de objetivação, pois os objetos são construídos no discurso e aí são construídos também os sujeitos, ao falar dos outros e ao ouvir os outros falarem de si.

As categorias são estratégias lingüísticas que estão presentes na organização da linguagem e as pessoas as utilizam para conversar, organizar, classificar, explicar e dar sentido ao mundo. Suas especificidades estão relacionadas ao contexto que as produzem e devem ser estudadas à luz deste contexto, pois não podem ser compreendidas se estiverem desvinculadas de seu uso e de sua construção histórica (Pinheiro, 2000). As categorias são adaptáveis à situação, pois as palavras podem ser utilizadas em sua maneira mais habitual, ou em novas combinações gerando possíveis controvérsias.

De acordo com Spink e Lima (2000), a análise tende a privilegiar a linguagem verbal e começa com uma imersão nas informações coletadas, sem encaixá-las em categorias definidas a priori. Pode haver confronto entre os sentidos construídos na pesquisa e aqueles decorrentes da familiarização prévia com o campo (revisão bibliográfica), sendo que nesse confronto podem emergir as categorias de análise, onde não só os conteúdos são importantes, mas também o uso feito deles.

Um dos métodos de interpretação utilizados pelo construcionismo é a construção de mapas de associações de idéias, os quais, “constituem instrumentos de visualização que têm duplo objetivo: dar subsídios ao processo de interpretação e facilitar a comunicação dos passos subjacentes ao processo interpretativo” (Spink e Lima, 2000, p. 107). A construção dos mapas inicia-se pela definição das categorias gerais, que refletem os objetivos da pesquisa. Em seguida, os conteúdos são organizados dentro destas categorias, mas é importante se que mantenham as seqüências das falas, para não descontextualizar os conteúdos.

As referidas autoras sugerem que esta divisão seja feita em colunas, que possuem no topo as categorias, onde se encaixam os fragmentos das falas que se relacionam com cada tópico. Como nesta pesquisa as entrevistas foram longas e depois de transcritas geraram em textos de até 18 páginas, optou-se por não fazer a divisão em tabelas, mas por classificar as falas utilizando cores diferentes para cada categoria

definida. Assim, o resultado foi o mesmo da divisão em colunas, sem quebrar e descontextualizar as falas dos participantes.

As categorias iniciais foram criadas a partir dos principais assuntos abordados no roteiro de entrevista, o trabalho e o uso de tecnologias. Desta forma, os sentidos produzidos pelos entrevistados foram organizados em duas grandes categorias: trabalho agrícola e tecnologia. É importante destacar que esta divisão foi feita para melhor apresentação e compreensão das informações coletadas, pois há uma estreita relação entre os sentidos produzidos acerca dos dois tópicos.

Com base nas duas grandes categorias, após diversas leituras dos conteúdos das entrevistas, buscou-se perceber os conteúdos que eram comuns a vários entrevistados, estabelecendo-se, desta forma, as sub-categorias. Na primeira etapa, foi estabelecido um grande número de sub-categorias, as quais, depois de leituras mais aprofundadas, foram agrupadas por se tratarem de afirmações diferentes sobre um mesmo assunto.

O próximo capítulo traz uma descrição do campo de pesquisa, com informações sobre a região pesquisada e os agricultores entrevistados, para contextualizar os resultados apresentados no capítulo seguinte, o qual apresenta os sentidos percebidos nas falas dos entrevistados. O capítulo sobre Sentidos do Trabalho Agrícola se divide em três partes: na primeira, é descrita a inserção profissional dos agricultores nesta atividade; na segunda, expõe-se o prazer que os agricultores possuem em realizar seu trabalho; na terceira parte, é narrado o difícil momento vivenciado pela agricultura, o que traz insegurança e medo em relação ao futuro. No primeiro item do capítulo sobre Sentidos da Tecnologia, busca-se descrever as mudanças que o uso de tecnologias trouxe ao cotidiano de trabalho dos agricultores entrevistados; no segundo, a descrição das melhorias no trabalho proporcionadas pelas tecnologias e, finalmente, os problemas que ela apresenta.

Buscou-se, assim, compreender a produção de sentidos como um processo socialmente construído, no qual é imprescindível considerar o contexto onde os discursos estão situados. Como indicam Spink e Lima (2000), a interpretação é um processo circular e inacabado, pois os discursos podem ser ressignificados, gerando novas possibilidades de interpretação. Portanto, o conhecimento produzido na pesquisa

não é fixo, deve sempre ser considerado levando em conta as condições em que foi construído.

6. CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA

As informações trazidas neste capítulo buscam descrever o ambiente onde foi realizada a pesquisa, apresentado a importância do cultivo de arroz na região pesquisada e no estado de Santa Catarina. Busca-se também, oferecer alguns dados históricos acerca desta atividade agrícola, os quais apontam o desenvolvimento da tecnologia e seus usos, que são os principais aspectos investigados neste trabalho. Além disto, apresenta-se a história resumida de cada agricultor entrevistado, trazendo as informações mais importantes relatadas por eles sobre suas vidas na agricultura.

6.1 O cultivo de arroz na região do Alto Vale do Itajaí

Santa Catarina possui apenas oito grandes cidades com mais de 100 mil habitantes, onde estão concentrados 30% da população estadual. A predominância é de municípios de pequeno e médio porte, os quais em sua maioria possuem base econômica no setor agrícola. A importância deste setor pode ser percebida ao verificar que o agronegócio corresponde a mais de 40% do Produto Interno Bruto (PIB) estadual. Atualmente 25% da população do estado reside no meio rural, em grande parte, trabalhando na agricultura ou pecuária. (Paulilo e Schmidt, 2003)

Entre as atividades agrícolas exercidas pelos catarinenses, o cultivo de arroz irrigado é um dos mais importantes. Segundo a Epagri (2006), esta é a principal fonte de renda de mais de 10.000 famílias nas regiões litorâneas e no Vale do Itajaí. Atualmente, a produção catarinense ultrapassa 1 milhão de toneladas, sendo utilizados cerca de 150.000 hectares de terras para esta atividade em todo o estado. A movimentação financeira no setor arrozeiro gira em torno de R\$ 450 milhões por ano, gerando empregos e arrecadação aos cofres públicos.

A região Sul é a principal produtora de arroz do Brasil, responsável por cerca de 56% da produção total do país. O estado do Rio Grande do Sul é o principal produtor nacional, pois fornece em torno de 47% da produção nacional. O segundo maior produtor nacional é o estado do Mato Grosso, sendo Santa Catarina o terceiro. Existem

diferentes formas de cultivo nestes estados, uma vez que em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul prevalece o cultivo do arroz irrigado e no Mato Grosso, do arroz sequeiro. Além disto, é importante salientar a diferenças no tamanho das propriedades, que no Rio Grande do Sul costumam ultrapassar os 100 hectares e em Santa Catarina não vão além dos 50 hectares.

O cultivo de arroz irrigado em Santa Catarina iniciou-se no final do século XIX, sendo realizado principalmente pelos imigrantes italianos que se instalaram no estado. Até meados dos anos 70, o arroz aqui plantado vinha de outros estados ou ainda da Europa, Ásia e Estados Unidos. Em 1975 foi criada a Empasc (Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária), que intensificou os estudos que até então vinham sendo desenvolvidos pelos Institutos Nacionais de Pesquisa, resultando em novas variedades de arroz recomendadas especificamente para cultivo em Santa Catarina (Epagri, 2006).

A partir das novas variedades, os níveis de produtividade aumentaram, assim como a rentabilidade das lavouras. As pesquisas em arroz irrigado, apoiadas pelo governo do estado, buscam melhoramento genético, controle de pragas, doenças e ervas daninhas, bem como produção de sementes de alta qualidade. Nos últimos 30 anos, foram disponibilizadas inúmeras tecnologias de produção e 15 variedades de arroz, as quais são cultivadas hoje nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Tocantins e ainda em países vizinhos como a Argentina, Bolívia, Colômbia, Paraguai e Venezuela.

Antes da criação da Empasc em 1975, a produtividade das lavouras não ultrapassava 2,5 t/ha (toneladas por hectare). Atualmente, a média estadual de produtividade de arroz irrigado é de 7 t/ha, o que torna Santa Catarina o líder nacional. Dentro do estado, a média de produção do Alto Vale do Itajaí é de 8,7 t/ha e o município de Agronômica, pertencente à esta região, é destaque mundial, com lavouras que chegam a produzir 14,5 t/ha (Epagri, 2006). Como apontado anteriormente, prevalecem no estado as pequenas propriedades, onde o trabalho intensivo dos agricultores permite o alcance de maior produtividade, o que é mais difícil nas propriedades maiores, como é o caso do estado do Rio Grande do Sul, no qual a média de produtividade é de 5,5 t/ha, de acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa, 2006).

A região do Alto Vale do Itajaí engloba 29 municípios, com uma população total de 249.235 habitantes, de acordo com dados da Epagri (2006), dos quais aproximadamente 57% vivem na área urbana e 43% na área rural, apesar da dificuldade em fazer essa distinção, pois muitas vezes rural e urbano se misturam. Na maioria dos municípios a economia tem como principal base a agropecuária, com destaque para a produção de arroz, fumo, cebola, pequenos animais (suínos e aves), leite e milho. Há também municípios mais especializados na área industrial e de prestação de serviços, onde, entretanto, as atividades agrícolas também estão presentes (Epagri, 2006).

A agropecuária regional tem um faturamento de US\$ 127.550.000,00, representando cerca de 7,8% do PIB agrícola estadual. Embora participe com apenas 7,24% do VBPA (Valor Bruto da Produção Agropecuária) do estado, a região é destaque em alguns produtos, principalmente cebola, fumo, mandioca e leite, além de apresentar os melhores índices de produtividade na cultura do arroz irrigado, como indicado anteriormente.

Para alcançar estes níveis de produtividade, os produtores precisam investir em suas lavouras, adquirindo sementes melhoradas e insumos, bem como máquinas e implementos agrícolas. Por isso, os níveis de produtividade que são referência mundial, não significam que os produtores estejam alcançando os resultados financeiros desejados. De acordo com dados do Instituto Riograndense de Arroz (Irga) (2006), o arroz está entre os produtos agrícolas que mais sofrem defasagem de preço. O custo de produção de uma saca de arroz foi calculado em R\$ 26,04, mas o valor pago ao produtor foi de apenas R\$ 16,00 em abril de 2006, época do final da colheita em quase toda a região do Alto Vale. Alguns produtores relataram ter recebido apenas R\$ 15,00, o que torna a situação insustentável para muitos deles.

O preço mínimo estipulado pelo governo para a safra 2005/2006, de acordo com o Irga (2006), foi de R\$ 22,00, valor este que não cobriria sequer os custos de produção. Em decorrência disso, desde o início do ano, pôde-se testemunhar várias manifestações dos agricultores, reivindicando que o preço mínimo seja respeitado e demonstrando sua impossibilidade de pagar aos bancos as dívidas adquiridas para custeio da produção. Protestos realizados no Rio Grande do Sul, onde está concentrada

a maior parte da safra nacional, ameaçaram a falta do produto no centro do país no mês de maio de 2006.

As manifestações trouxeram alguns resultados para o estado do Rio Grande do Sul, onde o produto teve aumentos de preço nos meses de maio e junho, chegando a ser comercializado por R\$ 26,00 a saca em algumas regiões. Mas, para os produtores da região do Alto Vale do Itajaí, o aumento do preço chegou muito tarde, visto que já haviam comercializado seu produto por preços defasados (Epagri, 2006). Esta situação gera insatisfação dos produtores, que muitas vezes, pensam em abandonar o campo e partir em busca de novas alternativas de sobrevivência nas cidades maiores.

Na região do Alto Vale do Itajaí, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2006) dos censos de 1970 e 2000 mostram uma redução de 26,6% na população rural e um aumento de 178,9% na população urbana, sendo que o aumento da população total neste período foi de 27,3%. Nacionalmente, o IBGE demonstra que em 2006 houve uma redução de 3,27% na área plantada em relação a 2005, o que representa 46,013 milhões de hectares. Entre os produtos investigados, o arroz apresentou retração de 23,9% na área, comprovando o abandono destes agricultores.

Para amenizar a situação, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) (2006) anuncia que a crise sofrida no campo neste ano resultará em queda nos preços de custeio dos itens para a próxima safra, como defensivos, fertilizantes, sementes e máquinas agrícolas. Isto acontece porque a taxa de câmbio fez com que os preços de fertilizantes diminuíssem e também porque o produtor deixou de adquirir alguns bens agrícolas por falta de recursos. Há previsão ainda de redução nos gastos da pós-colheita, como armazenamento, transporte e assistência técnica. A Conab (2006) espera que tudo isto mantenha o ânimo dos agricultores, afirmando que, na pior das hipóteses, a redução no plantio será entre 2 milhões e 3 milhões de hectares.

A previsão para a próxima safra de arroz, de acordo com a Conab (2006), é de que os custos sejam 6 % menores, mas na opinião de alguns analistas (Agronline, 2006), esta redução no custeio não será suficiente para amenizar a crise, pois a diminuição dos preços do produto final é muito maior do que a queda dos custos.

Segundo ele, os custos vão cair devido ao câmbio, mas faltará dinheiro para plantar, tanto de recursos próprios como de crédito em bancos e multinacionais.

Outro fator apontado pelos agricultores entrevistados que pode estar contribuindo para a crise enfrentada pelo setor é a importação de arroz. Segundo o Irga (2006), apesar de ser auto-suficiente na produção deste cereal e dos baixos preços praticados no mercado interno, o país importou mais de 200.000 toneladas desde o início do ano. Em contrapartida, as exportações de arroz brasileiro também vêm aumentando. Nos três primeiros meses do ano, foram exportadas 80.000 toneladas, superando em 21% as exportações do mesmo período em 2005 e gerando 8,6 milhões de dólares. O principal objetivo é alcançar e superar as exportações do ano de 2005, que chegaram a 389.000 toneladas.

Apesar dos esforços para conquistar o mercado externo, os agricultores estão insatisfeitos com os resultados da safra 2005/2006. No Rio Grande do Sul, muitos não têm como saldar com os bancos as dívidas adquiridas no início da produção, mas mesmo que houver uma negociação, esta pode implicar em alguns anos de endividamento (Irga, 2006). Se isso acontecer, mesmo que nas próximas safras os preços melhorem, os produtores ainda vão demorar um longo tempo para poderem usufruir o que “sobra” ao final da colheita.

Existe ainda entre os agricultores entrevistados um sentimento de descaso por parte dos governantes, que não apresentam propostas concretas e viáveis para amenizar esta situação.

“... o culpado disso eu não sei, se somos nós ou se é o governo, eu pra mim, eu culpo os governos, aí não é só um, é os governos municipais, estaduais, federais, não tem uma política agrícola definida.” (Ailton, 67 anos)

“Eles do governo podia fazer muito pra ajudar nós, mas parece que não dão nem bola, não tão nem aí com os problema que o povo aqui, o pobre agricultor tá vivendo, não tão nem aí!” (Antônio, 58 anos)

“... hoje a gente vê que tem esse preço mínimo, mas não é respeitado, o governo não garante o preço mínimo.” (Alfredo, 45 anos)

Segundo o Diretor Comercial do Irga, Rubens Silveira (Irga, 2006), a crise do setor é profunda. Ele afirma que “as verbas chegaram muito tarde, como na safra passada e o produtor gaúcho está passando por muitas dificuldades”. Na região do Alto Vale do Itajaí, em Santa Catarina, a situação não é muito diferente. Os agricultores estão preocupados com o futuro, pois mesmo aqueles que não possuem dívidas com os bancos não terão dinheiro para iniciar a próxima safra e por isso afirmam estarem insatisfeitos com a sua profissão, chegando a dizer que sentem vergonha dela.

Paulilo e Schmidt (2003) apontam que Santa Catarina se caracteriza pela forte presença da agricultura familiar do tipo “colonial”, que segue o modelo de agricultura familiar européia. Portanto, a situação de crise vivenciada no setor agrícola interfere na qualidade de vida de famílias inteiras. Entre os agricultores entrevistados, alguns afirmam que não gostariam que seus filhos permanecessem na agricultura, por isso fazem o possível para que eles estudem e tenham uma profissão mais “segura”. Para estes, a crise do setor traz dúvidas quanto à possibilidade de continuar pagando o estudo para os filhos, já que os lucros na agricultura são cada vez menores.

De forma contrária aos trabalhadores acima citados, outros apontam o desejo de ver seus filhos dando continuidade à atividade que já era realizada pelos pais e agora por eles. Entre estes, existe a preocupação em conseguir adquirir mais terras para deixar aos filhos, pois geralmente, o que possuem não seria suficiente para o sustento de toda a família. De acordo com Paulilo e Schmidt (2003), Santa Catarina quando comparada a outros estados brasileiros, é freqüentemente descrita como o “paraíso dos minifúndios”, pois se caracteriza pela predominância de pequenas propriedades, que estão distribuídas de forma equilibrada por todo o estado.

O tamanho reduzido das propriedades rurais foi apontado também pelos participantes da pesquisa, que fizeram comparações com outros estados onde as propriedades costumam ser maiores e mais lucrativas.

“... se eu tivesse talvez ido nesses lugar grande como que eu tinha ido lá pro Paraná, se eu tivesse visto aquilo, com certeza que eu era fazendeiro. Porque lá, lá a coisa dá né, é outra terra, outra, aquilo dá pra tu ficar grande né, não ficar pequeno. É diferente, porque aqui a terra é pouca.” (Agnaldo, 65 anos)

“... tá indo muitos amigo da gente, já tá indo buscar em outros estados, aonde tem mais terra. [...] Aqui hoje mesmo tá sendo muito difícil trabalhar na agricultura, então procura outros meios pra Paraná ou Mato Grosso ou Tocantins pra arrumar umas áreas maiores né.” (Alfredo, 45 anos)

Sobre estas afirmações dos entrevistados, é importante ressaltar que em estados como o Rio Grande do Sul, onde as propriedades são grandes e o cultivo é feito com uso intensivo de tecnologias, o setor arroseiro também enfrenta uma crise, como apontado anteriormente pelos dados do Irga (2006). Sendo assim, a crise vivenciada pela agricultura não está relacionada apenas ao tamanho reduzido das propriedades, mas com muito outros fatores econômicos e políticos, os quais não se resolveriam apenas com a busca de locais onde haja terra em abundância.

Em Santa Catarina também “predomina uma estrutura de pequenas e médias ‘cidades’, uma boa parte delas vivendo uma dinâmica [...] claramente rural” (Paulilo e Schmidt, 2003, p. 7). Esta estrutura também pode ser percebida na região do Alto Vale, que possui apenas uma cidade com mais de 50.000 habitantes, e fica evidente nas falas dos sujeitos ao descreverem o local onde vivem. Apesar de estes municípios serem pequenos e pouco populosos, existe uma divisão entre “interior” – onde predomina a agricultura – e “cidade” ou “centro”, onde se concentra o comércio local.

Segundo esta divisão das cidades, os agricultores entrevistados residem na área considerada “interior” e apontaram vários pontos positivos deste ambiente, como tranquilidade, segurança e simplicidade.

“... Esse é o lado bom do campo, ou seja, você tá lá às vezes num lugar assim, num ambiente que tem mais sossego, mais liberdade, mais paz, enquanto que no centro já é tudo mais corrido né. Até você não vai deixar uma porta da tua casa no centro aberta, porque hoje já não permite mais, já se você mora mais no interior não existe esse negócio de tá trancando porta e trancando isso e aquilo né, você tem mais confiança.” (Abelardo, 64 anos)

“Tranquilo né, sossegado, apesar que nós temos um loteamento ali do lado, mas mesmo assim, mesmo assim é bom. Não tem aquele stress da cidade.” (Adilson, 45 anos)

“No interior aqui a gente dorme de porta aberta. [...] Barulho. Aqui não, aqui tu vai trabalhar, quando tá cansado tu deita, tu dorme.” (Agnaldo, 65 anos)

Outra característica descrita pelos agricultores é a facilidade em adquirir o que necessitam para sua sobrevivência, uma vez que o local onde residem não é muito distante da “cidade”. Estas afirmações podem ser verificadas nas falar de alguns entrevistados.

“E depois fica pertinho, além de ser fora da cidade, é praticamente, tem asfalto, tudo. [...] Escola tem aqui pertinho, mercado, farmácia logo aqui no trevo, posto de saúde é ali. Tem tudo, tem tudo. Ônibus toda hora.” (Adilson, 45 anos)

“Uma pequena vantagem é os meios de comunicação. Ônibus, algumas poucas regalias a gente tem, porque, a maioria já tem parabólica, telefone, celular ou fixo, mantém seu pequeno automóvel, apesar de ser um pau velho, como se diz, ou um tratorzinho, uma coisa, pra uma assistência médica uma coisa, ou ir na farmácia, ou no mercado, ele também vem rapidamente.” (Afrânio, 61 anos)

“Aqui é bom que logo ali é o centro e a gente busca qualquer coisa que precisa rapidinho, não tamos, assim, isolados, né?” (Antônio, 58 anos)

Portanto, é comum a mistura entre urbano e rural, fazendo com que as pessoas não se sintam prejudicadas pela distância, uma vez que têm acesso aos bens que necessitam sem grandes dificuldades. De acordo com as afirmações dos entrevistados, o “interior” possui algumas vantagens em relação à “cidade”, por isso eles não possuem qualquer intenção de residir em outro local, mostrando-se satisfeitos com o ambiente onde vivem.

6.2 Os agricultores entrevistados

Neste item, busca-se traçar o perfil dos agricultores entrevistados na pesquisa, tentando apontar as peculiaridades de cada um deles. Para tanto, o quadro a seguir oferece seus dados principais, enquanto o próximo item traz informações sobre suas histórias de vida e trabalho.

6.2.1 Participantes

Nome * Nomes fictícios	Idade	Filhos Homens	Filhas Mulheres	Filhos na Agricultura
Abelardo	64	3	1	1
Adilson	45	0	2	0
Afonso	43	0	2	0
Afrânio	61	3	0	1
Ailton	67	1	1	0
Agnaldo	65	4	0	2
Alfredo	45	2	1	1
Antônio	58	2	1	0

6.2.2 Descrição dos entrevistados

Para ilustrar melhor as peculiaridades de cada sujeito participante da pesquisa, segue uma breve descrição de cada um deles, relatando os principais aspectos revelados nas entrevistas. Foram criados nomes fictícios para preservar as identidades dos participantes.

Abelardo tem 65 anos, é casado, possui três filhos e uma filha, todos casados. Atualmente ele reside apenas com a esposa. Estudou até a 4ª série do Ensino Fundamental e por volta dos 10 anos de idade começou a trabalhar na agricultura com seus pais, que já cultivavam arroz. Quando seus filhos eram crianças ajudavam no plantio do arroz, mas apenas um deles continua nesta atividade e atualmente está trabalhando no Paraguai, pela quantidade de terras disponíveis e propícias para o cultivo de arroz que lá existem. Ele está contente por este filho ter permanecido na agricultura, mas não desejaria que os outros filhos tivessem feito o mesmo, pois a quantidade de terras que possui é muito pequena e não seria possível todos eles terem um bom lucro trabalhando nela. Abelardo está satisfeito com o seu trabalho e acredita que possui vocação para a agricultura, caso contrário não estaria há tantos anos nesta atividade. Ele

pretende continuar plantando arroz enquanto tiver condições físicas e saúde para isso, apesar de, no momento, o preço estar muito baixo, o que não traz muito ânimo para o produtor. Mas ele afirma que a agricultura sempre teve “altos e baixos”, por isso ele espera que no próximo ano os preços melhorem. O local onde reside fica há três quilômetros de distância do centro da cidade, então ele se considera privilegiado, pois está no meio rural e trabalha na agricultura, mas ao mesmo tempo está próximo de tudo o que precisa.

Abelardo relata que a tecnologia possibilita que, apesar de sua idade, ele continue trabalhando na agricultura, pois quase todo o trabalho é feito pelas máquinas, tornando desnecessária a força física. Ele sempre busca informações sobre as novidades que estão surgindo e acha que elas melhoraram muito as condições de trabalho e a produtividade na agricultura, fazendo comparações com os tempos em que iniciou na atividade e o momento atual, demonstrando seu fascínio pela tecnologia e a esperança de que no futuro, cada vez mais a tecnologia possa ajudar a melhorar a vida das pessoas. Apesar dessa visão positiva, ele também comenta as desvantagens da tecnologia, relatando que ela trouxe e ainda trará muito desemprego, tanto no meio agrícola, como em outros contextos.

Adilson tem 45 anos e trabalha na agricultura desde criança. Uma parte da terra em que trabalha atualmente foi herança do pai e outra parte ele comprou. Além das terras que são suas, paga arrendamento e planta nas terras que o pai deixou para outros irmãos que não trabalham na agricultura. Adilson completou o Ensino Médio e fez o curso Técnico Agrícola. Depois disso passou dois anos trabalhando como garçom em Brasília, mas afirma que seu sonho sempre foi plantar arroz e enfatiza que não ficou nessa profissão “por azar”, mas porque quis. Quando retornou de Brasília, seu pai havia aumentado o tamanho de suas arrozeiras e ele então voltou a ajudá-lo nesta atividade. Adilson é casado e tem duas filhas, mas não espera que elas continuem na agricultura, pois acha que este não é um bom futuro para “os novos”. Dentro de alguns anos, quando não puder mais trabalhar, pensa em vender suas terras e comprar casas para aluguel, o que pretende deixar para suas filhas.

Acha que a agricultura, em geral, está passando por um momento muito difícil, mas espera que esta situação melhore e que o governo tome providências para ajudá-los.

Apesar disso, ele afirma estar satisfeito com o seu trabalho, pois até o momento conseguiu satisfazer as necessidades de sua família, adquirindo casa, carro e alguns confortos. Relata que as tecnologias facilitaram o trabalho para o agricultor, principalmente as máquinas e implementos, além de aumentarem a produtividade, mas elas têm um custo alto, portanto a renda aumenta, mas aumentam também os gastos.

Adilson gosta do lugar onde vive e só sairia dali para tentar uma vida nova em outro local distante, na região Nordeste, por exemplo, investindo em um novo negócio, algo relacionado ao turismo. Não gostaria de morar em outro local na mesma região, pois mesmo sendo mais no interior, o lugar onde vive possui todas as facilidades perto dele, sem precisar conviver com os incômodos da cidade, que são a falta de sossego, o barulho e o custo de vida mais alto.

Agnaldo tem 65 anos de idade, é casado e tem quatro filhos, dois casados e dois solteiros que ainda residem com ele e a esposa. Estudou até a 4ª série do Ensino Fundamental e começou a trabalhar na agricultura quando era criança, ajudando os pais. Desde então, sempre exerceu esta atividade, com exceção dos quatro anos que passou no Paraná, trabalhando em uma cerâmica. Precisou retornar à Rio do Sul porque sua mãe adoeceu e pediu que ele voltasse. Em virtude da doença da mãe, gastou todas as suas economias e não pôde retornar ao Paraná. Então, continuou no plantio de arroz, pois mesmo durante este tempo que esteve fora, seu filho mais velho estava mantendo as plantações. Além do filho mais velho, que é casado, seu terceiro filho, solteiro, também trabalha na agricultura, segundo ele apenas ajudando um pouco, pois possui algumas lojas em outra cidade.

Gostaria que seus filhos continuassem nesta atividade, pois mesmo se não quiserem mais trabalhar, podem pagar alguém para manter as arrozeiras e viver bem com esta renda. Está satisfeito com o seu trabalho, uma vez que conseguiu viver bem e adquirir mais terras do que possuía, por isso pretende trabalhar enquanto tiver saúde e disposição para isso.

A situação da agricultura está difícil, pois o preço do arroz está muito baixo e ele afirma que está conseguindo viver bem porque possui dinheiro guardado dos anos anteriores, quando os preços eram melhores. Segundo ele, atualmente é mais vantajoso trabalhar

em uma empresa ganhando um salário mínimo do que ser agricultor, pois o funcionário tem seu salário garantido, enquanto na agricultura não há segurança quanto ao futuro.

Faz muitas comparações com a região do Paraná onde esteve no passado, afirmando que lá havia possibilidades de crescimento, pela quantidade de terras disponíveis e por ser uma “terra boa” para plantio. Aqui, não há para onde crescer, pois as terras propícias para o cultivo de arroz já estão tomadas. Acha que a tecnologia ajuda muito, pois aumenta a produtividade e reduz a carga de trabalho pesado, mas com os preços tão baixos, nem a tecnologia adianta. Também tem dúvidas sobre o futuro, pois as tecnologias estão possibilitando que se produza cada vez mais e em menos tempo, por isso ele acredita que os preços podem cair ainda mais e os pequenos produtores como ele serão obrigados a vender suas terras para os “grandes”, que tomarão conta de toda a agricultura do país.

Ailton tem 67 anos, é casado e possui um filho e uma filha. Atualmente reside apenas com a esposa, pois os filhos já são casados. Estudou até a 4ª série do Ensino Fundamental e começou a trabalhar na agricultura desde criança, ajudando seu pai que cultivava arroz no município de Taió. Quando foi construída uma represa naquele município, eles tiveram que sair do local onde moravam e tinham suas plantações, mas seu pai recebeu uma indenização para deixar as terras. Com este dinheiro, seu pai ajudou Ailton a comprar um terreno para ele no município de Agronômica, onde reside atualmente. Desde então, Ailton trabalha sozinho no cultivo do arroz e pretende continuar exercendo esta atividade enquanto tiver saúde, pois, como possui as arrozeiras preparadas, fica muito fácil cultivar arroz nos dias de hoje, pois é tudo feito com máquinas e a força física não é mais necessária. Além disso, afirma que precisa da renda proveniente do arroz, pois a aposentadoria que recebe “não dá nem para os remédios”. Ailton afirma que está satisfeito com o seu trabalho, pelo fato de sempre ter conseguido sustentar sua família e também porque gosta muito dessa atividade. Seu filho atualmente trabalha em uma empresa, mas Ailton gostaria de poder ajudá-lo a comprar um terreno para ele também cultivar arroz, para dar continuidade ao trabalho, assim como seu pai passou para ele, ele gostaria de passar para o filho. Ao mesmo tempo, Ailton afirma que não sabe se seria uma boa escolha para seu filho entrar nesse ramo, pois a agricultura é cheia de “altos e baixos”, dificultando o planejamento para o futuro.

Além disso, afirma que este ano os agricultores estão passando por um momento muito difícil devido à queda dos preços dos produtos agrícolas. Critica o governo, relatando que este deveria ter uma política agrícola definida, que organize o setor e dê assistência ao agricultor.

Alfredo tem 45 anos, completou o Ensino Médio, é casado, tem dois filhos e uma filha. Atualmente reside com a esposa e o filho mais velho, sendo que os filhos mais novos estão cursando faculdade em outras cidades. Começou a trabalhar na agricultura quando criança, e há cerca de 30 anos vem administrando sozinho as terras que o pai lhe deixou. Seu filho mais velho ajuda na época em que há mais trabalho, mas também exerce outras atividades no ramo de confecção. Além das terras que herdou de seu pai, Alfredo comprou outras e também arrenda áreas em outro município, para ter uma maior produtividade, pois, segundo ele, o lucro é muito pequeno, então é preciso produzir cada vez mais. Ele afirma que nesses 30 anos de atividade, este é o pior ano para o agricultor, pois o preço do arroz está muito baixo, enquanto os custos para a produção estão cada vez mais altos. Revela que gosta muito do trabalho que exerce, sempre teve orgulho em dizer que é “plantador de arroz”, e também sempre gostou de investir em tecnologia, buscar as novidades que surgiam para poder produzir sempre mais. Atualmente considera-se um dos produtores mais bem-informados e “por dentro” das tecnologias para o cultivo de arroz. Mas tudo isso agora é diferente, pois o valor que vai receber pela safra de arroz não será suficiente para pagar as despesas e ele está preocupado sobre o futuro dos filhos que estão estudando, pois o que ganha com o arroz não é mais suficiente para mantê-los. Talvez no próximo ano precise cortar as despesas com a tecnologia, para ter um lucro um pouco maior, o que não o deixa satisfeito, pois não gostaria de “voltar no tempo” e plantar com menos tecnologia, prefere continuar evoluindo e produzindo sempre mais e melhor, mas acha que isso não será mais possível. Alfredo também se mostra muito preocupado em relação às leis ambientais, que irão prejudicar muito suas lavouras, diminuindo ainda mais a área disponível para plantio. Por todos estes motivos, não deseja que nenhum de seus filhos continue nessa atividade, pois acredita que as pessoas devem ficar contentes com a profissão que possuem, o que não vem acontecendo com ele. O futuro é incerto, mas ele tem esperanças de que no próximo ano a situação melhore, por isso afirma que vai continuar

plantando arroz mais um ano e se, neste tempo ainda não estiver satisfeito, pensa em mudar de profissão.

O local onde ele reside e possui suas arrozeiras fica no centro da cidade de Agronômica, mas ele gostaria de viver em um local mais afastado, bem no interior, para não se incomodar com os vizinhos e as pessoas que possuem comércio por perto, que muitas vezes não compreendem a atividade que ele exerce, julgando de forma incorreta suas atitudes.

Afonso tem 43 anos, completou o Ensino Fundamental, atualmente é casado e tem duas filhas. Afirma que trabalha na agricultura desde que nasceu e aprendeu com o seu pai como cultivar o arroz, mas esse processo já mudou muito desde aquela época até hoje. Afirma que gosta muito desse trabalho que realiza, mas está insatisfeito com a situação atual, pois o preço muito baixo o obriga a reduzir os investimentos em tecnologias (máquinas, insumos, sementes). Relata que há três anos atrás, quando a agricultura estava melhor, tinha planos de reformar sua casa e matriculou sua filha mais velha em um colégio particular. Atualmente, não acha que vai conseguir sequer iniciar a reforma da casa, e a filha precisará voltar a frequentar a escola pública, pois a situação financeira só tem piorado. Afonso acredita que a crise agrícola vai se estender também a outros setores, como as indústrias que produzem máquinas e insumos para agricultura, visto que o produtor vai parar de adquirir estes bens. Condena a atitude do governo, que, com sua política de baixar os preços dos alimentos, vai acabar deixando mais famílias na pobreza, como as famílias dos agricultores. Por isso, Afonso quer que suas filhas estudem para nunca precisarem fazer o mesmo tipo de trabalho que ele faz. No futuro, se a situação ficar ainda mais difícil, ele pensa em vender uma parte de sua propriedade para garantir o estudo e um futuro melhor para elas.

Afrânio tem 61 anos, estudou até a 4ª série do Ensino Fundamental e começou a trabalhar na agricultura por volta dos cinco ou seis anos de idade. Na época, seu pai plantava também milho e mandioca para o sustento da família, mas para o comércio sempre plantou arroz e fumo. Atualmente Afrânio planta arroz nas terras que herdou de seu pai e ampliou as arrozeiras, utilizando máquinas e tratores. É casado e possui três filhos, sendo que um deles está trabalhando na agricultura com ele, mas está inseguro

quanto ao futuro na agricultura, por isso Afrânio acha que não seria o ideal ele continuar nesse ramo. Afirma que se orgulha de ter conhecimento sobre o plantio de arroz, de dominar as tecnologias que existem nessa área, mas a política agrícola adotada pelo governo só tem prejudicado o pequeno produtor, como ele. Se a situação continuar desta forma, serão obrigados a reduzir os investimentos em tecnologia e, com isso, a produtividade também vai cair. Mas, no momento, é melhor produzir menos do que investir muito, do que ter boa produtividade e não ganhar o suficiente para as despesas. Também considera importante o surgimento dos defensivos agrícolas biodegradáveis, que se destroem algumas horas depois do uso, não poluindo o meio ambiente. Em vários momentos da entrevista Afrânio faz críticas severas ao governo federal, comparando o Brasil com outros países onde há maiores incentivos à agricultura e lamentando a situação em que se encontram os agricultores brasileiros.

Antônio tem 56 anos, é casado, tem 2 filhos e uma filha. Começou a trabalhar na agricultura quando ainda era criança, ajudando seu pai que também plantava arroz. Estudou até a 4^a série do Ensino Fundamental. Antônio está muito descontente com a situação da agricultura atualmente, pois os preços estão muito baixos, tornando quase impossível a sobrevivência da família. Também critica muito as leis ambientais que estão sendo colocadas em prática no momento, afirmando que elas foram feitas apenas para prejudicar os pequenos produtores como ele, que vão perder quase metade de suas terras para preservação das nascentes e das margens de rios. Aponta que se a situação continuar dessa maneira por mais alguns anos, muitos agricultores serão obrigados a vender suas terras para conseguirem pagar as dívidas e depois ir trabalhar em empresas ou ainda ficar desempregados, gerando pobreza nas cidades. Ele aponta que gosta muito desta atividade e gostaria de permanecer nela enquanto tiver saúde e condições físicas para trabalhar, mas não sabe se vai poder fazer isso. No momento, ele não possui nenhuma certeza para o futuro, pretende continuar o cultivo de arroz por mais um ou dois anos e se após este período a situação permanecer como agora, não sabe o que vai fazer. Devido a estes fatores, não deseja que nenhum de seus filhos permaneça na agricultura, acha que é melhor que eles estudem ou se especializem em outras profissões, para não depender da agricultura como ele.

7. SENTIDOS DO TRABALHO AGRÍCOLA

Para compreender os sentidos que os agricultores atribuem ao trabalho que desempenham atualmente, é importante partir do início de sua trajetória profissional, investigando como e porque entraram nesta atividade. Este movimento é necessário, pois “o momento da produção de sentidos, [...] é o momento do aqui e agora” (Spink, 2004, p. 46), mas as vivências da pessoa ao longo do tempo longo e do tempo vivido interferem nas formas de compreensão do mundo atual. Por isso, este capítulo se inicia relatando a inserção dos participantes da pesquisa no mundo do trabalho.

7.1 Profissão que passa de pai para filho

Todos os trabalhadores participantes deste estudo relatam o início de suas atividades na agricultura durante a infância, não citando um período exato para sua “entrada” no mundo do trabalho. Este aspecto pode ser observado nas falas de alguns entrevistados:

“... desde que eu me lembro de ser gente, então o pai tinha uma enxada sempre nova, grande né, nós pegava aqueles toquinho, bem com quatro, cinco anos a gente ia, capinava um pouco, lá sentava numa sombra, depois levantava, capinava de novo. Nós ia todo mundo pra roça. [...] Passava o tempo e se ajudava né...” (Agnaldo – 65 anos)

“Desde que eu nasci né. Nasci, com meu pai, aprendi a trabalhar com ele e hoje ele é falecido né, mas desde piazinho, toda vida. Só isso que a gente... nasceu ali dentro né, aprendeu a fazer isso ali.” (Afonso – 43 anos)

“O meu pai né, já plantava arroz né, então na realidade eu nasci já né, vendo esse plantio de arroz.” (Alfredo – 45 anos)

“Praticamente desde a idade de cinco, seis anos. [...] Sempre, sempre na roça.” (Afrânio – 61 anos)

Nestas falas percebe-se que os trabalhadores entrevistados iniciaram suas atividades muito cedo, junto com seus pais, que também eram agricultores. Abramovay (2001, p. 25) comenta sobre aspecto, afirmando que “a esmagadora maioria dos agricultores contemporâneos continuam a atividade paterna, o que não ocorre em nenhuma outra profissão”. Este fato se confirma nesta pesquisa, onde todos os

participantes relataram ter iniciado o trabalho com os pais, de quem também herdaram as terras onde trabalham atualmente.

De acordo com Abramovay (2001), é comum que nas unidades de produção familiares não exista separação entre negócio e família, nem distinção entre residência e local de trabalho. Estes aspectos podem colaborar para que as crianças participem do processo de trabalho da família, constituindo-se mais como uma forma de dinâmica familiar do que de trabalho apenas. Muitas vezes as crianças acompanham os pais quando estes vão trabalhar, mas realizam outras atividades neste tempo, o que fica claro na afirmação do agricultor Agnaldo: *“capinava um pouco, lá sentava numa sombra, depois levantava, capinava de novo”*.

Abramovay (2001) afirma que os filhos de agricultores iniciam suas atividades desde crianças, geralmente tomando conta dos animais e auxiliando em pequenas tarefas. Ao chegar à adolescência possuem conhecimentos não só dos procedimentos técnicos, mas também das questões relativas ao funcionamento e gestão da propriedade. Sobre este processo, Woortmann e Woortmann (1997) indicam que na agricultura, a transmissão de conhecimento se faz no próprio trabalho, pois é um saber-fazer que faz parte do patrimônio familiar. Neste sentido, *“a transmissão do saber é mais que transmissão de técnicas: ela envolve valores, construção de papéis, etc.”* (Woortmann e Woortmann, 1997, p. 11). Portanto, ao entrar na idade adulta, estão em plenas condições de exercer o trabalho agrícola e administrar a propriedade, como apontam alguns entrevistados:

“... e ele [pai] com certeza de certo achou que eu tinha condições físicas de continuar esse trabalho que a gente vinha fazendo junto até aquela data né, eu e ele, enfim, aí ele foi pra aquela empresa e eu fiquei sozinho nesse trabalho né”. (Abelardo – 64 anos)

“... já tô há 30 anos plantando sozinho né, então que eu me dediquei ao trabalho sozinho né, que daí o pai largou pra mim né. Meu pai largou pra mim e eu fiquei plantando...” (Alfredo – 45 anos)

Até o final da década de 60, a continuidade do trabalho agrícola pelos filhos ainda era uma obrigação moral, segundo Abramovay (2001). Em pesquisa realizada com jovens do meio rural do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, Silva (2002) aponta que a família possui grande importância na formação das identidades destes jovens, com quem possuem um compromisso moral muito forte. A autora indica que

muitas vezes que os filhos buscam seguir as “tradições” familiares, e isso pode ocorrer também em relação a dar continuidade ao trabalho executado pelos pais.

Assim como nos estudos acima, nesta pesquisa, alguns dos agricultores entrevistados podem ter permanecido na atividade agrícola devido ao compromisso moral em relação à família, visto que estão neste ramo há mais de 40 anos e não comentaram, durante as entrevistas, sobre a possibilidade de atuar em alguma outra atividade que não fosse a agricultura, como indicam algumas de suas falas.

“... aí depois que eles [pais] adoeceram, passaram pra mim, agora hoje em dia eu tô...”
(Agnaldo – 65 anos)

“A gente foi crescendo, desde o período da escola, meio dia na escola e meio dia ajudando os pais, [...] sempre na agricultura, né, com os pais.” (Abelardo – 64 anos)

Abramovay (2001) afirma que, atualmente, não existe mais a obrigação moral de continuar o trabalho exercido pelos pais, mas que também “seria um exagero dizer que a profissão passa a ser uma escolha livre e soberana” (Abramovay, 2001, p. 28). De acordo com Soares (2002), a escolha profissional do jovem sempre é permeada pela vivência em família, pois os pais projetam um futuro para seus filhos. Neste projeto, podem desejar que os filhos sigam profissões que eles gostariam de ter seguido, ou que realizem coisas que eles desejavam ter feito na sua juventude. Mas, os pais podem ainda projetar que os filhos sigam a mesma profissão que eles possuem, construindo sua vida de forma similar a vida deles.

Soares (2002) indica ainda, que o projeto elaborado pelos pais não é algo homogêneo e estável, mas que possui contradições e mudanças o tempo todo, podendo incluir os desejos de diferenciação (que os filhos sigam profissões que eles não puderam seguir) e de reprodução (que os filhos permaneçam na mesma profissão que eles estão). De qualquer forma, a percepção positiva ou negativa que os pais têm acerca de determinada profissão influencia na escolha do jovem. Alguns agricultores entrevistados relatam que ficaram na mesma profissão de seus pais por sua livre escolha, afirmando que poderiam ter ido para outros ramos ou continuado os estudos, mas optaram por permanecer na agricultura:

“Quando eu era novo, foi mais, eu entrei mais na agricultura pelo meio da facilidade né, vamos dizer assim, que o meu pai já tava no ramo, já tinha um caminho, então foi

fácil pra gente. Ah, então não, não vou agora fazer faculdade, vou fazer isso não, vou ficar aqui.” (Alfredo – 45 anos)

“O meu sonho era plantar arroz [...] sempre pensava de ter um terreno de arroz [...] É, não foi por azar que eu caí, foi porque eu quis.” (Adilson – 45 anos)

O caso de Adilson destaca-se entre as outras histórias, pois ele foi um dos únicos a relatar a vivência de outra experiência profissional além da agricultura, afirmando que voltou a cultivar arroz para realizar seu sonho. Os outros entrevistados indicaram apenas a continuidade no trabalho que já realizavam desde crianças junto a seus pais. Já Adilson, de forma diferente, frequentou o curso técnico agrícola e viveu em outro estado, onde trabalhou como garçom. Neste aspecto, percebe-se a escolha feita pelo entrevistado, que permaneceu nesta profissão por opção. Ele também é o único participante que além de concluir o Ensino Médio ainda finalizou outro curso complementar.

O baixo nível de escolaridade geralmente atingido pelos filhos de agricultores é um aspecto que colabora para que estes não encontrem boas colocações em empregos urbanos, levando-os a considerar a continuidade na agricultura a melhor opção para o futuro (Abramovay, 2001). Entre os agricultores entrevistados nesta pesquisa, o baixo nível de escolaridade se confirma, pois entre os oito participantes, apenas dois concluíram o Ensino Médio, um completou o Ensino Fundamental e cinco estudaram apenas até a 4ª série do Ensino Fundamental. Observa-se ainda, que os agricultores com mais idade estudaram menos que os mais novos, demonstrando que o acesso à educação tem ficado mais fácil ao longo dos anos.

“Só fiz o primário. Em 1958 acho, eu terminei o estudo [...] e só na roça.” (Afrânio – 61 anos)

“... terminou o período da escola, aí a gente ficou o dia todo praticamente assim, na agricultura.” (Abelardo – 64 anos)

De acordo com Silva (2002), os jovens do meio rural muitas vezes abandonam os estudos devido à necessidade de luta pela subsistência, pois precisam ajudar a família no trabalho agrícola em tempo integral. A autora aponta ainda que muitos jovens deixam a escola porque esta não lhes oferece perspectivas de um bom futuro profissional ou ainda porque não vêem correlação entre os conteúdos aprendidos

e sua realidade cotidiana. Além disso, outros se encontram em uma situação de sucessivas repetências, o que os deixa desmotivados em continuar nesse processo.

A situação vivenciada por estes jovens é apontada pela autora como uma antecipação da vida adulta, uma vez que desde cedo precisam assumir responsabilidades e realizar trabalhos “pesados”. Além disso, têm a obrigação de se dedicar ao trabalho durante o tempo que poderiam utilizar para os estudos, o que também pode contribuir para o fracasso escolar apontado anteriormente e, conseqüentemente, para a evasão escolar.

Em pesquisa realizada com agricultores de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, Peres, Lucca, Ponte, Rodrigues & Rozemberg (2004) também constataram o baixo nível de escolaridade dos entrevistados, sendo que a maioria possuía apenas o Ensino Fundamental incompleto. Consta-se então, que esta é uma característica dos trabalhadores rurais de várias regiões.

Para os agricultores entrevistados, o fato de possuírem baixa escolaridade não aparece como um fator negativo, uma vez que afirmam ser capazes de realizar plenamente seu trabalho e administrar suas propriedades com os conhecimentos que possuem. Indicam ainda que um dos principais requisitos para realizar as atividades é “gostar” da profissão e sentir prazer em realizá-la. No próximo item, busca-se compreender este sentimento demonstrado pelo trabalho, que surgiu ao longo de todas as entrevistas, sendo, portanto, um dos principais sentidos do trabalho para estes agricultores.

7.2 Trabalho que se realiza com prazer

Ao descrever sua história na atividade agrícola, todos os agricultores entrevistados citaram diversas vezes o fato de gostarem muito desta profissão, revelando assim um sentimento de prazer em realizar este trabalho.

“Sim, tanto é que eu acredito que, seu eu não tivesse satisfeito, ou eu não gostasse do que eu fizesse, eu não taria praticamente 55 anos, né? Eu só vejo essa assim, que uma pessoa, quando ela fica muito tempo numa atividade, tem duas razões, ou porque ela gosta, ou então porque ela não tem condições e oportunidade pra encontrar outra, eu

só vejo essas duas explicação. Então, eu sempre gostei dessa atividade, sempre gostei.”
(Abelardo – 64 anos)

“... é serviço assim, bem sujo mesmo né, só que eu, o que eu faço eu gosto, olha juro que eu faço com prazer e que eu gosto, [...] eu gosto do que eu faço né, faço com prazer mesmo, maioria da nossa regiãozinha que planta arroz aqui gosta do que faz, faz bem feito tudo praticamente, que tudo que faz, faz bem feito.” (Afonso – 43 anos)

“... eu gostava né, o que eu faço, eu gosto muito, eu gosto muito do que eu faço, mas esse ano né, esse ano a gente tá fazendo meio obrigado assim, e é triste né, você fazer uma coisa obrigado, sem interesse, sem vontade.” (Alfredo – 45 anos)

“... e também eu gosto desse trabalho, dessa atividade. Então é duas coisas que faz permanecer nessa atividade, gostar e a sobrevivência.” (Ailton – 67 anos)

De acordo com Peres et al (2004), os agricultores participantes de seu estudo também revelaram que, apesar de árdua, a atividade agrícola “foi considerada ‘muito boa’ e ‘prazerosa’ pela relativa autonomia e contato com a natureza que esta proporciona” (Peres et al, 2004, p. 1064). Portanto, pode-se afirmar que é uma característica do trabalhador agrícola possuir esta identificação com a atividade que realiza, o que lhe traz sentimentos de satisfação por realizar um função prazerosa.

Codo, Hitomi & Sampaio (1993), ao analisar o caráter mágico do trabalho, retomando os apontamentos de Marx, afirmam que ao mesmo tempo em que é valor de troca, pago através de salário constituindo assim uma mercadoria no mercado, ele também é valor de uso, que realiza produtos ou serviços capazes de atender as necessidades humanas mais diversificadas. Pelo valor de troca, todos os trabalhos são iguais, pois se resumem a uma pessoa que dedica seu tempo à realização de uma atividade e depois receber dinheiro em troca. Mas enquanto valor de uso, ele é uma construção de significado pessoal, individual e intransferível, pois a maneira, a dedicação e o empenho que cada trabalhador investe em seu trabalho são diferentes.

Um aspecto que faz com que os trabalhadores gostem muito de sua profissão é o resultado que ela proporciona para as outras pessoas. Segundo os entrevistados, seu trabalho não gera apenas renda para eles e suas famílias, mas também alimentos para toda a população, que consome arroz diariamente:

“e nós tamo aqui trabalhando, o nosso serviço é esse: plantar arroz pra dar comida pra essa população, o povo precisa do nosso trabalho, a gente sabe disso.” (Afonso, 43 anos)

“É bom saber que a gente ajuda a matar a fome das pessoas, se assistir TV tu vai ver tanta gente passando fome nesse mundo. E isso é assim, a gente sabe que às vezes não chega onde devia chegar o nosso arroz, mas pra alguns ele chega, e como é bom tu ter o que comer, dar pros teus filho.” (Antônio, 58 anos)

Os agricultores percebem que o resultado do seu trabalho é um valor de uso extremamente importante para a sociedade, o alimento. Portanto, percebe-se que o sentimento que possuem em relação ao trabalho não está relacionado somente com a atividade, mas também com o resultado dela e com suas conseqüências para os outros ambientes. Nestas falas, percebe-se que os trabalhadores sentem-se úteis e importantes para a sociedade realizando esta função.

O fato de “gostar muito” do trabalho que exercem, faz com que alguns agricultores apontem a vontade de continuar nesta atividade pelo tempo que for possível, apesar de sua idade avançada. Esse desejo ficou claro principalmente nos relatos dos trabalhadores com mais de 60 anos de idade, que parecem não querer deixar suas atividades tão cedo.

“[E o senhor gostaria, o senhor pretende continuar trabalhando com isso?]

Ah sim! [Por quanto tempo?] Hum, até que Deus dá força e saúde. [...] Até que eu consigo, que a gente tendo o terreno, é tipo você ter um comércio, você tem um terreno ali, preparado já pra isso, então ir lá só pra preparar e plantar, não é tão difícil.” (Ailton – 67 anos)

“Ah não quero parar nunca! Não! Acho que vai parar por quê? Serviço não mata ninguém, então se tu tem uma roça bonita, não, não dá vontade de ir lá ver? Tu tem um gado bonito que nem eu tenho uns boi bonito lá na Lontras, eu as vezes saio daqui pra ir lá ver os boi. E vou de bicicleta né, são 20 quilômetros, então tu vê que é bom, tu tá na natureza, o dia que eu não sei o que eu faço, eu pego, vou, entro no mato vou cortar cipó que estraga os paus, que eu tenho bastante mato, então aqui é bom. [...] O trabalho eu acho que, acho que se tu não tem nada pra fazer eu acho que não tem sentido não. [Então o senhor gosta do seu trabalho?]

Ah sim, eu gosto das minhas coisas aqui. Então, a gente não dá mais conta, é muita luta né, que nem hoje a gente saiu de um valo era meio-dia, valo pesado pra limpar então a gente já tem 65 anos né, mas... mas foi bom que fui trabalhar, que se eu tivesse que ficar ali na cama era pior. Eu acho que eu quero tocar até que dá e que Deus me desse né, de tocar a vida toda, pelo menos.” (Agnaldo – 65 anos)

“... mas eu ainda, por achar ainda que eu tenho um pouco de saúde física, então eu tô plantando, né. Até quando eu não sei, mas de momento ainda tô plantando. [...] Em primeira parte, até esses dias um amigo meu ainda perguntou pra mim: Poxa, com a idade que você tem, você ainda tá fazendo esse trabalho? Primeiro, porque como eu já respondi pra você primeiro, eu ainda tenho, eu me considero que eu ainda tenho saúde física pra isso. Segundo porque eu gosto. Terceiro, porque se a gente tem um certo lucro, dinheiro nunca faz mal pra ninguém, então essa é a razão. [...] É uma coisa que você, até tá fazendo bem pra saúde, eu imagino pra mim, eu penso, que eu tô caminhando, eu passo de uma quadra pra outra pra ver como é que tá a água e ao mesmo tempo eu tô me exercitando, tô caminhando, faz bem pra saúde.” (Abelardo – 64 anos)

O trabalho agrícola, para estes indivíduos, passa a ser mais que apenas uma forma de adquirir renda para seu sustento, mas também algo que traz prazer, contato com a natureza, ocupação do tempo livre e preservação da saúde. Esses relatos demonstram que o trabalho não é exercido somente por necessidade financeira, mas também para satisfazer outras necessidades que são tão importantes no cotidiano quanto o dinheiro.

As formas como os agricultores entrevistados descrevem seu trabalho são completamente diferentes do trabalho alienado apontado por Marx (1983), o qual é externo ao trabalhador, lhe trazendo sentimentos de sofrimento ao invés de bem-estar. No trabalho alienado, “o trabalhador, portanto, só se sente à vontade em seu tempo de folga, enquanto no trabalho se sente contrafeito. Seu trabalho não é voluntário, porém imposto, é trabalho forçado.” (Marx, 1983, p. 93).

Woortmann e Woortmann (1997) indicam que o trabalho na agricultura é diferente do trabalho alienado descrito por Marx (1983), pois não é repetitivo e feito em etapas como o trabalho industrial. Ao contrário, os agricultores possuem um saber sobre o trabalho, de forma que conhecem todas as etapas do processo de produção e

participam delas, podendo ver o resultado de suas ações antes mesmo de realizá-las. Os autores apontam que estes saberes sobre o processo de trabalho na agricultura, o qual possui também dimensões simbólicas, “constituem uma forma de ver o mundo”. (Woortmann e Woortmann, 1997, p. 7). Desta forma, quem trabalha na agricultura também tende a apreender o trabalho de forma diferente.

Como os agricultores participantes deste estudo são proprietários das terras e dos equipamentos que utilizam, não podemos tentar compreender os sentidos que produzem sobre o trabalho da mesma forma como se pertencessem à classe trabalhadora⁷. Para os sujeitos desta pesquisa, o trabalho possui um caráter totalmente inverso ao trabalho alienado, pois mesmo os trabalhadores mais velhos apontam o desejo de poder continuar exercendo suas atividades apesar da idade. Todos os agricultores entrevistados apontaram vários aspectos negativos da agricultura atualmente, mas, ainda assim, afirmaram que gostam da sua profissão, que sentem prazer em realizar esta atividade e que não gostariam de ‘mudar de ramo’. Portanto, percebe-se que o trabalho é, para estes indivíduos, voluntário, satisfação de uma necessidade, trazendo sentimentos de bem-estar.

Apesar de tantos sentimentos positivos em relação à atividade que exercem, foram apontados também os problemas enfrentados pela agricultura no momento. Ao serem questionados sobre o que esperam para seus filhos, a maioria dos agricultores entrevistados apontaram o desejo de que eles estudem e se estabeleçam em outra profissão, não a de agricultor, devido à difícil situação que estão vivenciando atualmente. No próximo item, busca-se ilustrar esta situação e as expectativas para o futuro por parte dos agricultores da região pesquisada.

7.3 Dificuldades atuais trazem insegurança quanto ao futuro

Mesmo enfatizando tantos pontos positivos de sua profissão, em todas as entrevistas os agricultores relataram a atual condição do trabalho agrícola, que traz

⁷ O conceito de classe no contexto contemporâneo é complexo e precisa ser repensado. Vários estudos apontam nesta direção e uma discussão mais aprofundada sobre este aspecto não está entre os objetivos deste trabalho. Considera-se importante aqui, destacar a afirmação de Antunes (2005) de que, atualmente, apenas os trabalhadores que vendem sua força de trabalho em troca de salário pertencem à classe trabalhadora. Desta forma, os proprietários dos meios de sua produção – como os agricultores participantes deste estudo – estão excluídos desta classe.

dúvidas e insegurança quanto ao futuro. Os trabalhadores da região do Alto Vale do Itajaí comentam que já viveram dias melhores, pois o preço do seu produto, o arroz, está a cada ano mais baixo, enquanto todos os custos com a produção só vêm aumentando.

“Hoje você tem que entregar a 16 (reais, a saca de arroz), então tá no vermelho, tá trabalhando de graça, claro que não é todos os anos isso né, mas ano passado foi um ano ruim, esse aqui tá ruim também, então a gente às vezes dá um passo pra frente, depois fica três, quatro anos assim né.” (Ailton – 67 anos)

“De 30 anos que a gente tá trabalhando na agricultura, esse ano é o pior. E hoje né, o que a gente fica bem assim, bem assim desanimado, é pelo preço né, hoje a gente vê que tem esse preço mínimo, mas não é respeitado...” (Alfredo – 45 anos)

“... o governo vai pagar os 22, que é o preço mínimo, mas o custo de produção custa quase 25...” (Afrânio – 61 anos)

“... o último que passou foi um ano péssimo, pode se expressar dessa maneira” (Abelardo – 64 anos)

“... dois anos pra cá, três, que nunca teve, a agricultura em geral, nunca teve tão ruim assim. Geral, fumo, cebola, soja, boi, porco, frango, ah, tudo que é agricultura tá ruim, em geral, porque há anos atrás, quando o fumo tava ruim de preço, o arroz tava bom, ou a soja tava bom, ou quando a soja tava ruim os outros tava melhor, e agora faz uns dois, três anos pra cá, que tá tudo de arrasto, esse é o problema e não sei se vai melhorar ainda né.” (Adilson – 45 anos)

De acordo com Peres et al (2004), desde a implantação do Plano Real o pequeno produtor rural vem sofrendo perdas de poder aquisitivo devido à política de barateamento dos alimentos do governo e à cotação de insumos em dólar americano. Isto faz com que os custos de produção tenham variações e aumentos inesperados, enquanto o preço pago pelo produto do trabalho agrícola torna-se cada vez mais baixo, reduzindo assim a margem de lucro do agricultor.

Veiga (2000) aponta ainda outro fator desencadeante desta crise: no Brasil, existe um mito de que não vale a pena investir na agricultura familiar e na pequena propriedade, pois os grandes latifúndios rendem mais lucros e geram empregos. O autor afirma que isto é um mito, pois nos países desenvolvidos os governos têm apoiado e subsidiado a agricultura familiar, sendo que, atualmente, os agricultores já dispensam os

subsídios do governo, uma vez que atingiram uma renda familiar igual ou superior à média nacional.

O autor aponta ainda que, onde a agricultura familiar é incentivada, esta gera mais empregos diretos e indiretos na localidade do que os latifúndios. As informações trazidas por Vilela (2002), também apontam isso, demonstrando que a agricultura patronal utiliza uma pequena quantidade de trabalhadores, devido aos grandes investimentos feitos em maquinário e outras tecnologias que dispensam a mão de obra braçal. A autora indica que as propriedades onde se pratica agricultura familiar costumam contratar serviços de terceiros nos períodos de maior trabalho, além de apresentar um perfil melhor em termos socioculturais.

Nos países desenvolvidos nota-se também que nas localidades onde há predomínio da agricultura patronal existem menos escolas, clubes, associações e igrejas do que onde prevalece a agricultura familiar. Nos lugares onde a agricultura patronal é mais forte, as condições de moradia são mais precárias e o índice de delinquência infanto-juvenil é mais elevado, o que comprova os efeitos do subsídio oferecido à agricultura familiar (Veiga, 2000).

As informações citadas por Veiga (2000) mostram que a agricultura familiar fortalece a criação de espaços comunitários, onde existem melhores condições para o desenvolvimento social dos indivíduos envolvidos. Na região do Alto Vale do Itajaí, ainda existem bairros onde predomina a agricultura e nota-se uma vivência em comunidade, pela presença de igrejas, escolas, associações, além das boas relações entre vizinhos, que trazem sentimentos de segurança, como apontado pelos entrevistados ao descrever o local onde vivem.

De acordo com as falas dos agricultores, percebe-se que eles gostam do local onde vivem e da forma como este se organiza, mas não é possível afirmar que este espaço vai continuar assim por muito tempo, uma vez que muitos agricultores não esperam que seus filhos exerçam atividades agrícolas. Entre os oito trabalhadores entrevistados, apenas três possuem filhos que permanecem na agricultura, sendo que um deles não trabalha nas terras do pai, mas em outro país, no Paraguai. Os outros agricultores afirmam que não desejam que seus filhos continuem nesta atividade, pois não querem que estes enfrentem as mesmas dificuldades que eles estão vivenciando atualmente.

“Eu não sei, pelo jeito que tá vindo não, eu não vejo futuro aqui pra nós. [...] E pras filha, acho que, mesmo eu querendo, não tem, não tem futuro. Não tem mais, só se mudar tudo né, investir lá pro Mato Grosso.” (Adilson – 45 anos)

“Agricultura familiar aqui pra nós, ela vai ser eliminada, vai ser descartada, não tem mais condições de güentar filho na agricultura, do jeito que tá, acabando vai ficar só o pai e a mãe, plantando pra comer, pra ir se virando, que não adianta você faz um volume grande, mas no fim não tá sobrando nada.” (Alfredo – 45 anos)

“... Então quer dizer, se hoje, na situação de hoje, se eu tivesse um filho que, por exemplo, gostasse de ficar no meu lugar né, que a gente daqui a pouco se acaba né, então ele podia tocar o meu serviço, mas não quero que ele ficava, e na situação que tá hoje não tem como ficar.” (Afonso – 43 anos)

Nas falas anteriores fica evidenciado o quanto a crise da atividade rural vem afetando a possibilidade de os entrevistados projetarem que seus filhos dêem continuidade às atividades hoje exercidas por eles e anteriormente por seus antepassados. Ao contrário, eles esperam que seus filhos sigam outros caminhos e busquem outras profissões. Portanto, no momento atual existe uma ruptura na sucessão familiar praticada no passado, onde os pais deixavam suas propriedades para os filhos e estes continuavam o trabalho que era ali exercido.

Em pesquisa realizada no oeste catarinense, Abramovay (2001) constatou que em 12% dos estabelecimentos rurais daquela região há presença apenas de casais com mais de 41 anos de idade. Este dado demonstra que a continuidade profissional está ameaçada, pois um grande número de filhos de agricultores vai residir em outras áreas, onde parte para outras atividades. O autor indica ainda que em 17% dos estabelecimentos existe apenas um filho (ou filha) que permanece na casa dos pais, desempenhando atividades agrícolas. Na maioria dos casos, os filhos deixam o interior para ir em busca de oportunidades mais promissoras na cidade, principalmente neste momento em que a agricultura não aponta possibilidades de crescimento profissional e melhora na qualidade de vida.

Segundo Abramovay (2001), as propriedades sem sucessores, em sua grande maioria, acabam sendo vendidas para pessoas que não residem no meio rural, muitas vezes profissionais liberais que desenvolvem a criação de gado de corte (no caso do oeste catarinense, região investigada pelos autores). Esta situação causa uma

descaracterização da paisagem rural, pois os novos donos se desfazem de boa parte da construção feita pela família na propriedade além de tornar desnecessária uma série de serviços coletivos (escolas, igrejas, salão de festas, centros comunitários) devido ao esvaziamento populacional.

As informações citadas por Abramovay (2001) corroboram com os apontamentos feitos por Veiga (2000), de que a agricultura caracterizada pela forma patronal não traz desenvolvimento local, mas sim empobrecimento e ausência de trocas sociais, enquanto a predominância da agricultura familiar reforça a convivência comunitária, os espaços de socialização entre os indivíduos e perpetuação da cultura popular da região.

É possível perceber também certa ambigüidade nas falas dos agricultores ao comentarem sobre o futuro profissional de seus filhos, pois alguns apontam que gostariam de vê-los dando continuidade ao trabalho exercido por eles, mas ao mesmo tempo temem que esta não seja a melhor opção, devido aos problemas que enfrentam atualmente.

“Ah eu, se eles [filhos] quiser ir, eu acho que eles gostam mais fora, eu acho né, do que na agricultura. [Mas o senhor acha que o melhor pra eles seria continuar?]

É aqui a vida é mais melhor né, a vida é mais saudável aqui, porque eu acho que todo ele gostam que os filhos levassem uma vida mais decente né, então isso que a gente quer dos filhos. [...] Eu só queria comprar mais uma propriedade pro meu filho mais novo, já que não quer completar a faculdade né. Ele trabalha como agrimensor ali e, esse ano plantou fumo aqui. Mas não sei, parece que ele tá se ajeitando, eu queria depois ver se eu colocava ele também. Se melhorar um dia né, que um pouco de dinheiro eu tenho, se melhorar eu quero comprar.” (Agnaldo – 65 anos)

“Eu tenho um [filho] que eu acho que vai ficar, mas hoje também tá desanimado. Hoje ele até deve tá lá trabalhando, mas ele também trabalha desanimado, tem 23 anos, mas então disse ó pai, mas vamo teimar esse ano, quem sabe com essa crise que nós tamo passando talvez há males que vem pra bem.” (Afrânio – 61 anos)

“[E o senhor gostaria que mais algum dos seus filhos tivesse continuado nesse trabalho também?]

Não. Não, pelo seguinte: porque a área de terra que eu tenho, não permitiria mais do que um filho ocupar nessa área de terra, né, porque aí o que que ia acontecer, é, é

pouco espaço, e aí o resultado para cada um seria muito irrisório, né? Então, por essa razão, tanto é que um seguiu o caminho dele, na mecânica, tá ganhando razoavelmente muito bem pra viver, o outro partiu pro outro lado, por exemplo pro ramo de negócios assim, também se deu razoavelmente bem na vida, então não tô arrependido assim de ter ficado somente um na agricultura, né. Quanto a isso não.” (Abelardo – 64 anos)

“[O senhor gostaria que ele (filho) ficasse na agricultura?]

Sim, pra dar continuidade né. Que meu pai deixou pra mim, e se meu filho continuasse ia ser bom. É a gente gostaria né, mas não sei se pode né, mesmo que eu queira, hoje a agricultura tá muito, muito, como é que se diz, sacrificada. [...] Eu tenho um filho homem e uma menina né, e quase não to podendo ajudar meu filho a se encaminhar, pra comprar um terreno, que ele também gosta disso, então tá difícil, não sei porquê.” (Ailton – 67 anos)

Nestas falas percebe-se a ambivalência dos entrevistados que, por um lado, gostariam que os filhos continuassem nesta atividade e seguissem a tradição, mas por outro, percebem a insuficiência de terras e a crise que dificulta a continuidade no trabalho agrícola. Abramovay (2001) indica que entre os participantes de sua pesquisa, 69% dos rapazes e um terço das moças revelam o desejo de continuar trabalhando na agricultura. Em muitos casos, este anseio não pode ser realizado pelo tamanho reduzido da propriedade, que não possibilita o sustento de mais uma família. Muitos destes jovens possuem o conhecimento tácito sobre a administração da propriedade rural, apesar do baixo nível de escolarização, mas não têm condições financeiras de adquirir mais terras para prosseguir nessa atividade.

Por outro lado, nas propriedades em que os filhos foram em busca de melhores oportunidades na cidade, não há alguém para dar continuidade ao trabalho realizado pela família. Analisando estas informações, os autores apontam que “o mercado de terras não será capaz de juntar as duas pontas da questão sucessória na agricultura familiar: a oferta de terras por parte da população em processo de envelhecimento [...] não é absorvida pela demanda vinda de jovens com desejo de se instalar e permanecer na profissão paterna.” (Abramovay, 2001, p. 22).

As dificuldades encontradas atualmente para adquirir mais terras e assim “encaminhar” os filhos não eram comuns no passado, de acordo com os agricultores. Eles afirmam que na época de seus pais, ou quando iniciaram na agricultura, esta lhes

trazia renda suficiente para adquirir bens, além de sustentar a família, o que lhes conferia maior qualidade de vida do que atualmente.

“Eu tenho um terreno lá hoje vale mais ou menos 350mil. Eu comprei com 3 mil sacas de arroz. E hoje se eu fizer 5 mil saca eu e o filho ali, não dá pra pensar em comprar nada. O preço tá lá embaixo né. Eu resolvi esse ano comprar terra pro meu filho, mas tu saber que tu não pode nem comprar um, não dá nada.” (Agnaldo – 65 anos)

“... a produtividade era boa, conseguia tirar uma boa produtividade, e sobrava um dinheiro sobrava, sobrava. Vivia, mais ou menos bem, meio pão duro, deixava às vezes de trocar o carro, ficava com o carro velho pra comprar terreno. [...] Deu, deu sempre pra se virar. Sempre investindo né, não é aquela moleza né, ô to nadando no dinheiro! Mas dava pra sustentar a família e ainda investir né, no meu ramo.” (Adilson – 45 anos)

“É, o tempo que o meu pai plantava mesmo, ele colhia 300 ou 400 saca de arroz né, e sustentava uma família, deu estudo pra 4 filhos né, todos eles né, estudaram, e hoje a gente tá colhendo já aí, em torno de 6.000 saca, tá complicado pra agüentar 2 filhos na faculdade, 2 filhos na faculdade. De 300 saca aí pra 6.000, mesmo assim tá difícil. [...] Eu já tô até né, a gente já tá pensando bem sério né, em procurar outras regiões pra gente continuar o trabalho da gente, porque desse tipo aqui não tem condições da gente, ou a não ser que a gente se acostumar mesmo né, trabalhar só pra comer né, só pra manter, pra gente comer e se vestir um pouquinho, não viver a vida né, não aproveitar. Igual eu tenho aí 2 filho na faculdade né, se continuar desse tipo, eles vão ter que abandonar.” (Alfredo – 45 anos)

Os problemas financeiros enfrentados pelos agricultores fazem com que alguns deles considerem a hipótese de deixar esta atividade e partir para outro ramo. Outros pensam em permanecer enquanto puderem, pois não acreditam que na idade em que se encontram valha a pena tentar partir para outro tipo de trabalho. Alguns comentam ainda que, apesar de estarem aposentados, precisam da renda proveniente da agricultura para conseguir manter suas famílias.

“Até que for possível a gente continua, se por ventura os preços cáírem mais ainda, que você vê que você não tem margem de lucro, aí claro que você vai parar, eu não acredito que ninguém vai trabalhar pra não ganhar nada, ao menos eu penso assim.” (Abelardo – 64 anos)

“Hoje eu não poderia talvez, sair dessa atividade e partir pra outra, aventurar alguma outra coisa, pela idade e que nesse ramo eu tenho conhecimento, tô me virando. [...] Sim, sou aposentado, mas aposentadoria de agricultor, sabe que é um salário né? Então não dá nem pra, não dá nem pros remédios.” (Ailton – 67 anos)

“Agora não adianta mais mudar. É a única coisa que eu sei fazer agora é plantar arroz e pra mudar, é meio arriscado né, arriscado. Só um dia talvez que eu não possa mais trabalhar, inventar alguma coisa, começar a vender as arrozeira e comprar casa de aluguel, alguma coisa, inventar uma coisa pras filha.” (Adilson – 45 anos)

“Eu vou, ah, a minha idéia né, a minha idéia é tentar levar mais um ano e ver né, ficar mais antenado nessas leis ambientais e nesse mercado pra ver como é que vai, pra ver esse Mercosul como é que vai se comportar né. [...] E a minha idéia é ficar mais um ano né, vendo o que acontece, e se continuar desse tipo, a gente vai ter que mudar, procurar outros caminhos, porque aqui não tem mais condições.” (Alfredo – 45 anos)

Nota-se em alguns discursos que o planejamento do futuro “escapa” das mãos dos agricultores, pois a definição da sua condição não depende apenas deles, mas de uma série de fatores políticos, legais e econômicos. Nesse sentido, os trabalhadores agem como se não fossem autores, mas apenas atores de suas histórias, uma vez que não podem tomar as decisões sobre seu futuro e de suas famílias, precisam aguardar definições que estão muito além de seu alcance.

8. SENTIDOS DA TECNOLOGIA

Atualmente, o uso de tecnologias vem provocando inúmeras alterações em praticamente todos os ramos de atividades produtivas. No meio rural esse movimento também está presente, pois os agricultores precisam utilizar as tecnologias que lhes são disponibilizadas para aumentar a produtividade de suas lavouras, buscando assim melhorar sua renda. Os agricultores da região do Alto Vale do Itajaí também seguem esta tendência, utilizando os recursos disponibilizados pelo avanço tecnológico atual. Busca-se aqui, ilustrar as mudanças ocorridas em seu cotidiano de trabalho e compreender como eles se relacionam com estes fatos.

8.1 Mudanças no trabalho

Antes mesmo de serem questionados sobre o uso de tecnologias em seu trabalho, os agricultores citaram este fato em seus depoimentos e as mudanças decorrentes dele. As entrevistas foram iniciadas com questionamentos sobre como ocorreu a inserção profissional dos trabalhadores nesta atividade, sendo que, ao narrar suas histórias, os entrevistados citaram as diferenças entre a execução do trabalho na época em que iniciaram na agricultura e nos dias atuais. Durante estes relatos, percebe-se que as alterações foram significativas para os trabalhadores:

“É, tanto no preparo do solo, hoje as tecnologias tão elevadíssimas, me recordo quando a gente era pequenininho, quando o pai começou, era lá ainda tração animal né, e grande maioria dos trabalhos eram tudo feito braçal, serviço pesado. E hoje, hoje é, esse maquinário que tem, quase que todos os anos tá surgindo implementos novos né, que facilita a preparação do solo, um monte de coisa.” (Abelardo – 64 anos)

“Ah, muita coisa né [...] E também mudou, oh muda, muda de longe. Agora veio a máquina de semear, espalhar adubo né, e a de limpar valo, onde que era tudo manual, hoje é tudo moderno.” (Agnaldo – 65 anos)

“... hoje com a evolução que houve, hoje faz tudo com máquinas né, desde o preparo, semeadura, tudo com máquinas, não tem nada mais manual, e a colheita também é feita com máquinas [...] Mudou 100%, de 50 anos atrás, 60 anos atrás mudou

completamente. Não se faz mais nada como há 30, 40, 50 anos atrás.” (Ailton – 67 anos)

De acordo com os depoimentos, o trabalho se modificou muito desde a época em que iniciaram suas atividades, pois um agricultor chega a afirmar que nada mais é feito como antigamente, salientando a total modificação nos processos executados e também nos equipamentos utilizados. Segundo Gehlen (2001), as inovações tecnológicas aplicadas na agricultura causam mudanças na relação entre tempo e trabalho, pois os processos se tornam cada vez mais rápidos, além de desestruturar os saberes tradicionais, que se acumularam durante gerações.

Desta forma, alguns agricultores apontam que o conhecimento recebido de seus pais não é mais válido atualmente, pois as tecnologias que surgem precisam ser utilizadas e com isso mudanças são implantadas.

“E a gente tem que olhar isso e aceitar isso, que senão o cara pára no tempo e... uma outra comparação que eu faço, antigamente né, quem sabia plantar arroz era os antigos né, e hoje eles não sabem mais, se eles voltassem a plantar arroz hoje, eles não saberiam mais né, então por isso a gente não pode né, nunca parar, tem que sempre né, ver o que tá acontecendo e acompanhando e vendo, aprendendo...” (Alfredo – 45 anos)

“Mas isso é a evolução né, em tudo, e quem não acompanhou tá pior ainda, tem que mais ou menos acompanhar, que eu acompanhei mais ou menos né, consegui. [...] A gente tem que ir, não vai parar que não pode né, só tem que acompanhar, tem que acompanhar.” (Ailton – 67 anos)

Tonelli (2000) indica que no momento atual, as informações e conhecimentos são produzidos e disseminados por especialistas, ou seja, eles vêm de um contexto externo aos indivíduos. Com isso, “as práticas sociais e os comportamentos estão sendo impelidos a uma reformulação constante e à dúvida radical” (Tonelli, 2000 p. 246). A necessidade de estar sempre buscando novos conhecimentos, apontada pelos agricultores nas falas acima demonstra essa reformulação citada pela autora.

Nota-se que os entrevistados percebem a velocidade vivenciada pela sociedade atual, onde tudo é descartável e logo substituído, inclusive o conhecimento. Mas ao mesmo tempo, os agricultores não demonstram dúvidas e insegurança em relação à isto, como ocorre muitas vezes com os trabalhadores urbanos, que sentem-se ameaçados pela tecnologia por não saber como lidar com ela no trabalho. Ao contrário,

os entrevistados apontam que é preciso estar atento às mudanças e acompanhá-las, aprendendo as novas técnicas e procedimentos existentes, o que não consideram uma tarefa difícil.

“... tem que querer ir atrás, pra não ficar pra trás, ter curiosidade de aprender, senão chega uma hora que tu tá produzindo uma quantidade e os outros tão produzindo mais, então tu tá trabalhando com prejuízo. [E foi difícil acompanhar isso tudo?]

Não, não. É fácil, porque tem a Epagri, a secretaria ali, é só a pessoa querer, que consegue.” (Adilson, 45 anos)

“Ah, não é difícil, a gente vai aprendendo, vai vendo como se faz, tudo se aprende. Não é nada coisa de outro mundo, não. Se tiver a orientação certinha, a gente consegue.” (Antônio, 58 anos)

De acordo com as falas acima, os agricultores possuem facilidade em acompanhar as mudanças que estão ocorrendo. Um fato que contribui para esta segurança em relação às inovações é o suporte que recebem de instituições e profissionais capacitados para utilizar estes recursos da melhor forma possível. Em Santa Catarina, a Epagri (órgão responsável pela pesquisa e extensão rural) cumpre com o papel de difundir entre os agricultores as inovações tecnológicas que estão surgindo. No caso do arroz irrigado, existe uma estação experimental onde são feitas pesquisas e testes, sempre buscando atingir maior produtividade e qualidade no produto final.

Os agricultores entrevistados relataram que a Epagri contribui muito para o desenvolvimento de suas lavouras, uma vez que traz as informações acerca dos novos procedimentos e insumos utilizados. Afirmam ainda que existe interação entre eles e os técnicos da Epagri, sendo que seus saberes também são valorizados pela instituição.

“E eu costume muito né, junto com a pesquisa lá né, ter um acompanhamento lá com eles, sou muito amigo deles, e a gente se visita muito, eles vem muito aqui, eu vou muito lá. [...] Da Epagri é, a gente troca muita idéia e a gente conversa muito e então no setor arroz assim hoje né, hoje a gente tá bem servido, a gente tá bem.” (Alfredo – 45 anos)

“Através da Epagri, da Secretaria da Agricultura, às vezes eles fazem reuniões e mandam ficar uma semana às vezes no centro de pesquisa, fazendo curso, e assistência né, e mais a curiosidade de aprender né, que seria pra melhorar a produtividade.” (Adilson – 45 anos)

“Que nem hoje a Epagri é um órgão que ajuda muito, então tem engenheiros agrônomos, tem a cooperativa ali de Rio do Sul, então eles têm, dá cursos de treinamento [...] a Epagri hoje tá aí ajudando, qualquer coisa a gente consulta, hoje a gente não pode errar demais né, não pode errar, porque tem que proteger meio ambiente, tem que proteger tudo.” (Ailton – 67 anos)

Outra instituição citada pelos agricultores foi a Cooperativa Alto Vale do Itajaí, Cravil, que também possui agrônomos prestando assistência aos agricultores, informando sobre as novas variedades de sementes e insumos, bem como solucionando suas dúvidas acerca destas novidades.

“...lá na Cravil [...] ali tem os agrônomos né, quando a gente tem necessidade de orientação eles tão lá, a gente liga até por telefone, ou se quiser falar pessoalmente vai lá né, então sempre se tem as orientação técnica através deles. [...] o produtor que é associado a Cravil, ele não tem dificuldade quanto a isso, qualquer hora que ele chegar lá, então tem mais facilidade.” (Abelardo – 64 anos)

“... a Cravil tá, acho que uns 25 anos, então ali que começou assim, um parceiro melhor pra gente, aí foi mais rápido também né, e a cooperativa ali eles sempre ajudam muito né, quando tem dúvidas, o agrônomo ali sempre ajuda, isso é muito bom né.” (Ailton – 67 anos)

Em pesquisa realizada com agricultores da Paraíba, Mascareño (1999) constatou que os agricultores não adotavam as inovações tecnológicas recomendadas pelos profissionais especializados. A autora aponta que isso acontecia devido à falta de confiança dos agricultores em relação ao saber teórico que lhes era apresentado, além da inadequação dos modelos utilizados para a agricultura de subsistência praticada na região.

Não foram encontradas pesquisas que buscaram compreender a receptividade dos agricultores com relação às tecnologias na região Sul, mas pode-se perceber pelas falas dos entrevistados que estes possuem uma visão oposta à dos agricultores da Paraíba entrevistados por Mascareño (1999). Os agricultores entrevistados no Alto Vale do Itajaí consideram importante a troca de informações com os profissionais especializados e os procuram para tirar suas dúvidas em relação aos novos procedimentos que podem utilizar. A fala de um agricultor ilustra também a valorização do saber teórico destes profissionais.

“... eles com teoria e eu com prática, então chegamos num resultado muito bom, sempre, eu sempre digo isso: teoria e prática né, quando junta as duas funciona.”

(Ailton – 67 anos)

Os agricultores entrevistados demonstram ainda que aceitam as recomendações dos profissionais especializados e possuem uma visão positiva em relação às inovações tecnológicas, salientando a vontade e necessidade que possuem em aumentar sua produtividade. Desta forma, valorizam tudo o que pode surgir no sentido de melhorar a qualidade de seus produtos e ao mesmo tempo diminuir a carga de trabalho para eles, que no passado era bem maior, como eles mesmos apontaram. No próximo item, busca-se explorar os aspectos positivos e negativos salientados pelos participantes da pesquisa.

8.2 Melhorias e problemas das tecnologias

Ao relatar as mudanças ocorridas no seu cotidiano de trabalho devido à inserção de tecnologias, os agricultores entrevistados apontaram vários aspectos destas transformações. Ao longo de seus discursos, foi possível perceber o que consideram como melhorias ocorridas durante este processo e também algumas situações em que as tecnologias exercem um papel menos favorável para os agricultores. É importante salientar que estas melhorias e problemas são apresentados aqui separadamente de forma a ilustrar melhor os sentidos atribuídos pelos sujeitos, mas emergiram em conjunto durante as entrevistas, demonstrando a ambigüidade de sentimentos que a tecnologia pode ocasionar.

8.2.1 Tecnologias que trazem melhorias

Como afirmado anteriormente, os agricultores do Alto Vale do Itajaí demonstram uma grande receptividade em relação às inovações tecnológicas que surgem em seu contexto de trabalho. Em muitos de seus relatos é possível perceber frases que indicam sua satisfação com as mudanças que ocorreram e o quanto estas trouxeram melhor qualidade de vida para eles e suas famílias.

“... antigamente a gente fazia né, a cavalo, que eu já peguei uma época a cavalo, daí depois veio o tobatinha⁸, daí depois quando veio, saiu do cavalo e veio pro tobatinha, aquilo era uma né, era, meu Deus que coisa boa! Porque o cavalo a gente tinha que levantar aí quatro hora da madrugada, cinco, tratar ele pra começar amanhecendo o dia né, pra aproveitar o dia né, as horas mais fresca do dia, pra perto de 11 hora, uma hora, duas hora da tarde o cavalo descansar e não pegar aquele solão. Então a gente tinha que pular cedo, tratar o cavalo, quando veio o tobatinha, meu Deus, a gente só ia lá, ligava né, e vamo trabalhar.” (Alfredo – 45 anos)

“Numa parte são boas né, porque se o país desenvolve, o agricultor tem que desenvolver junto né, [...] tem que ter televisão, tem que ter computador, tem que ter telefone, tem que ter carro, e tudo vem da tecnologia e do desenvolvimento né.” (Adilson – 45 anos)

“... depois veio a tobata que então, aquilo era a coisa mais linda do mundo! Atrás do tobata o dia inteiro...” (Agnaldo – 65 anos)

Em algumas falas dos agricultores sobre as melhorias trazidas pela tecnologia nota-se até mesmo certo fascínio em relação a essas mudanças, devido à facilidade que proporcionam na realização do trabalho. De acordo com Tonelli (2000) os trabalhadores podem estabelecer uma relação de afeto com as máquinas utilizadas em seu cotidiano, pois ao reduzir o tempo de trabalho e facilitar a execução de tarefas, elas se tornam objetos de amor e encantamento.

Outros agricultores apontam, ainda, que a tecnologia possibilitou a eles que continuassem exercendo suas atividades, apesar da idade avançada em que se encontram. Isso ocorre porque, com o uso das máquinas, a força física já não é mais necessária, portanto eles podem continuar cultivando suas terras praticamente sem executar o “serviço pesado”.

“Então eu fico grato que as tecnologias elas existiram, senão ia, claro, não tem nem necessidade de explicar, se elas não tivessem surgido, se fosse da mesma forma como quando eu era novinho, hoje eu não tava mais cultivando arroz, porque? Porque com as forças físicas que eu tenho hoje eu não tinha mais condições de cultivar o arroz, se

⁸ Um micro trator que atualmente não é mais utilizado no cultivo de arroz, devido à pouca potência e capacidade de carga. Os agricultores costumam chamá-lo apenas de Tobatta, que é a marca do equipamento.

hoje eu tô cultivando ainda, é porque existem todos os meios e facilidades pra ser feito esse trabalho, senão certamente eu não taria fazendo.” (Abelardo – 64 anos)

“Então hoje, pra plantar um terreno assim que nem o meu, de 8 hectares, é, se torna até brincadeira, se torna fácil. [...] E força física hoje não se usa, né.” (Ailton – 67 anos)

De acordo com as afirmações acima, percebe-se mais uma vez a importância que a agricultura possui na vida destes trabalhadores, que, mesmo após tantos anos de trabalho, se sentem satisfeitos por continuarem trabalhando ainda, além de demonstrarem a vontade de permanecer na atividade por mais tempo. Neste sentido, a tecnologia assume novamente um sentido positivo, como algo que pode prolongar a permanência no trabalho após idade avançada.

Ao descrever o tempo de trabalho, é necessário considerar também os posicionamentos dos agricultores sobre a diminuição deste tempo, pois as tecnologias permitem que realizem as tarefas de forma cada vez mais rápida. Alguns entrevistados citaram, além da rapidez atingida no cultivo do arroz, outras atividades em que os processos se tornam mais acelerados e os resultados aparecem logo, o que os impressiona e ao mesmo tempo causa apreensão.

“E depois do tobatinha daí veio né, veio o trator, daí quando veio o trator a gente pensava, meu Deus do céu, aonde eu ficava um dia trabalhando, hoje eu vou lá com o trator, em uma hora e pouco eu faço, então essa diferença a gente sentiu e foi muito bom pra gente isso, né.” (Alfredo – 45 anos)

“Ficou bem mais rápido pra gente fazer o serviço né. Antes a colheita a gente fazia tudo na mão, hoje vem uma máquina ali, em poucas horas colhe tudo!” (Antônio – 58 anos)

“... antigamente tu matava um boi de 17 arrobas tinha 5 anos, e hoje com um ano e meio tem essas 17 arrobas.” (Agnaldo – 65 anos)

É possível perceber nestas falas o quanto o uso da tecnologia modifica o tempo de trabalho necessário para cada atividade. De acordo com Rebbechi (1990), a tecnologia promove variações no tempo, que não pode mais ser mensurado da mesma forma como antes. Com isso ocorre também uma mudança na avaliação do tempo por parte dos trabalhadores, que passam a considerar os tempos de espera muito longos e os tempos de trabalho cada vez mais curtos, pois os processos são muito rápidos.

A tecnologia é vista como algo positivo também pela sua capacidade em aumentar a produtividade das lavouras. Todos os agricultores entrevistados citaram o uso de sementes selecionadas como uma das principais mudanças no trabalho desde o início de suas atividades, pois estas sementes, aliadas aos outros produtos e técnicas utilizados atualmente, proporcionam colheitas como eles nunca haviam visto antes.

“Antigamente se plantava um arroz que produzia 100 saco, nem 100 saco por hectare né, hoje se planta que dá quase 300 saco, então é tecnologia.” (Agnaldo – 65 anos)

“Questão de semente também, antigamente tu tinha semente que produzia aqueles 50 ou 60 saco, e o máximo era aquilo, não tinha como produzir mais e depois né, [...] foram produzindo, e hoje a gente tá produzindo aí em torno de 250 saco aqui em Agrônômica, 240. Em torno de 12.000 quilo por hectare, em média de 12.500 por hectare, tem casos isolados que chega a tirar até 14 toneladas né, isso é casos isolados, em área pequenas, não áreas grande, 14 toneladas, 280 saca por hectare.” (Alfredo – 45 anos)

Segundo Gehlen (2001), o aumento da produtividade é um dos principais objetivos da implantação de tecnologia no setor agrícola, pois proporciona a competitividade. Assim, as cooperativas, associações e até mesmo as políticas públicas impõem aos agricultores a visão de que o “produtor moderno” precisa ser competitivo, e para isso, produzir cada vez mais. O autor aponta ainda que isso leva à exclusão daqueles agricultores que não querem ou não podem aderir às inovações tecnológicas, deixando-os fora desse mercado competitivo.

Esse aumento da produtividade não é visto apenas com positividade pelos agricultores, visto que muitos deles afirmaram nas entrevistas que esta pode ser uma das causas da crise pela qual estão passando. Portanto, no próximo item busca-se analisar os aspectos da tecnologia que são considerados como negativos pelos trabalhadores entrevistados.

8.2.2 Problemas trazidos pelas tecnologias

Os agricultores descrevem o aumento da produtividade das lavouras trazido pela tecnologia como algo muito positivo para eles. Porém, este avanço pode ter causado conseqüências indesejadas para todo o setor. Essa afirmação está relacionada

com a queda de preço do arroz no mercado que ocorreu na última safra. Os agricultores acreditam que, pelo fato da oferta de arroz no mercado estar muito grande, os preços tornam-se cada vez mais baixos.

“... tem mais produção, é claro, que quando tem mais produção, o que que acontece? Caem os preços.” (Abelardo – 64 anos)

“E hoje que a gente tá vendo também, que a gente tá calculando esse preço tá tão baixo pela tecnologia, porque onde antes eles produziam aí 3.000 quilos, [...] tão tirando a média de 7 a 8 tonelada já. Então questão de 2 ano eles dobraram a produção, e é isso que a gente também fica preocupado, que é, talvez esse preço não reage por isso, porque tá todo mundo aumentando a produção, onde que os cara colhiam 4 tão colhendo 8. [...] Então tudo né, tá levando a ter uma produção alta, então tá dando o que tá dando aí, essa super produção, arroz demais e preço de menos.” (Alfredo – 45 anos)

Não é possível afirmar que o preço dos produtos agrícolas esteja sofrendo reduções devidas apenas ao aumento da produtividade, mas este fator pode contribuir. Como o arroz é um produto que pertence à cesta básica, existe um interesse, por parte do governo, em manter esse preço reduzido. Há também a importação de arroz, que colabora para a queda do preço pago ao produtor. Enfim, com todos estes fatores, a única saída para o agricultor continuar competitivo no mercado é aumentar a produtividade das lavouras, e isto é alcançado com o uso de tecnologia.

Para adquirir mais tecnologia e assim aumentar a produtividade, são necessários investimentos por parte dos agricultores, mas estes apontam o alto custo como um grande empecilho na sua aquisição. Eles afirmam que gostariam de utilizar ainda mais tecnologias, comprar máquinas e investir na modernização, mas isto não é possível devido aos elevados preços destes produtos e serviços.

“... hoje o que tá matando a gente é o custo né, é o custo muito alto, é o custo de uma hora de trator né, é muito caro, um litro de óleo hoje tá muito caro, a energia tá muito cara, é, então tá tudo muito caríssimo. [...] Hoje uma hora de mecânico aí é em torno de 30 reais a hora, então tu coloca um trator lá, leva 10 horas, só de mão-de-obra é 300 reais, e hoje pra você tirar esses 300 reais líquido da agricultura é difícil” (Alfredo – 45 anos)

“É muito investimento que a gente tem que fazer, essas máquina, é uma coisa muito cara, difícil pra gente adquirir. Mesmo as outras coisas, nosso investimento tem que ser muito grande pra dar conta.” (Antônio – 58 anos)

Devido ao elevado custo, alguns agricultores chegam a indicar a possibilidade de redução no uso da tecnologia, para poder diminuir os custos da produção e, assim, ter um lucro maior no final da safra.

“Quem botava, por exemplo, seis, sete sacos de adubo tá botando três, quatro só. [...] Caiu 20% a venda de adubo, uréia, essas coisas, caiu 20%.” (Afonso – 43 anos)

“... é fazer plantio que nem antigamente, é reduzir custo no máximo, aonde eu usava, vamos supor, 10 saco entre adubo e uréia por hectare, vou usar 3 ou 4. Aonde eu gastava 7 ou 8 hora de trator, vou gastar 3 ou 4 hora de trator. Onde eu passava todo dia, eu olhava o arroz todo dia, quero olhar cada 3 ou 4 dias, e começar a reduzir custo de tudo quanto é maneira.” (Alfredo – 45 anos)

“Então, quer dizer, quem produzia 200 sacos de arroz, vai produzir 150 ou 160, porque não vai botar mais tecnologia lá dentro, não vai botar um produto lá, porque não tem mais como sobrar depois alguma coisa em cima depois no final né, então a tecnologia vai cair aí nessa parte onde que vai cair a produção.” (Afrânio – 61 anos)

Por outro lado, se os agricultores diminuïrem o uso de das tecnologias como indicam, a produtividade de suas lavouras certamente será reduzida e, com isso, o lucro obtido no final da produção será menor. Como apontado anteriormente, o aumento da produtividade é necessário para elevar os lucros, portanto, os agricultores estão enfrentando uma situação contraditória, pois percebem a necessidade de utilizar mais tecnologias, mas não podem arcar com os custos.

Em momento algum os agricultores entrevistados indicaram alguma aversão ao uso das tecnologias e, em algumas ocasiões, até demonstraram o sentimento de orgulho por dominar o que existe de mais avançado neste setor agrícola e assim ter a capacidade de obter altos índices de produtividade. Desta forma, a obtenção de mais tecnologias poderia melhorar ainda mais o trabalho realizado por eles, aumentando sua renda e a qualidade de vida de suas famílias, mas atualmente acontece o oposto, os agricultores se vêem obrigados a reduzir o uso de tecnologias e, conseqüentemente, a produtividade e os lucros alcançados com o trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou desvelar os sentidos atribuídos por agricultores às tecnologias utilizadas em seu cotidiano de trabalho. Para tanto, buscou-se investigar os sentidos que o trabalho possui para estes agricultores, a relação que estabelecem entre o seu trabalho e o uso das tecnologias, a importância que conferem às tecnologias, bem como as formas como se relacionam com as inovações tecnológicas. Os dados foram coletados com agricultores que cultivam arroz na região do Alto Vale do Itajaí, através de entrevistas individuais semi-estruturadas.

A compreensão da categoria sentido foi utilizada de acordo com a abordagem do Construcionismo Social, a qual define o sentido como uma construção social, através da qual as pessoas compreendem e lidam com os fenômenos de seu cotidiano. Desta forma, o objetivo principal deste trabalho foi alcançado, uma vez que foi possível compreender a forma como os agricultores compreendem e se relacionam com as tecnologias utilizadas em seu cotidiano.

Um aspecto importante do processo de análise do discurso dos entrevistados foram as similaridades nos sentidos produzidos por eles. Ao longo da investigação, pôde-se perceber que as afirmações sobre o início no trabalho, o local onde residem, o uso de tecnologias e as perspectivas de futuro para eles mesmos e seus filhos são muito semelhantes. É preciso reconhecer que houve também algumas diferenças nas suas falas, mas estas, em geral, correspondiam às particularidades da história de cada um.

Todos os agricultores entrevistados iniciaram na atividade agrícola seguindo os passos de seus pais, avós ou outros antepassados. Assim, percebe-se a influência do tempo longo descrito por Spink (2000) na vida destes sujeitos atualmente. Segundo a autora, este tempo refere-se aos acontecimentos que antecedem a vida das pessoas, mas se fazem presentes através de normas, modelos e instituições. Portanto, o desejo de seguir a profissão de seus pais demonstra a reprodução de fatos anteriores a eles, ou seja, a obrigação de seguir a profissão dos pais e assim “honrar” a tradição familiar.

Ao descrever o ambiente onde vivem, os agricultores apontaram o “interior” como um local onde há mais harmonia e tranquilidade, no qual, ao mesmo tempo, possuem acesso às facilidades que necessitam para suas vidas, inclusive informações

sobre o que ocorre na “cidade”. Portanto, ao contrário do que muitas pessoas possam imaginar ao pensar sobre a agricultura e vida no meio rural, os trabalhadores entrevistados não vivem isolados e distantes das novidades e informações, mas buscam estar sempre atualizados, principalmente em relação à sua profissão.

Outra característica do discurso dos entrevistados acerca do “interior”, foi a afirmação de que este é um local muito bom para viver, sendo que eles não gostariam de residir na “cidade” e não trocariam o ambiente onde vivem por nenhum outro. Nestas afirmações, percebe-se a valorização do seu espaço, da sua propriedade e do “interior” onde residem. Os agricultores não se sentem inferiores às pessoas que residem na “cidade”, pois levantaram vários pontos negativos sobre esta e muitos pontos positivos do local onde estão vivendo.

De acordo com a perspectiva teórica utilizada neste trabalho, a linguagem não é uma representação, nem a realidade em si, mas ao falar sobre as coisas, as pessoas as constituem. Portanto, a forma como os sujeitos descrevem o meio onde vivem constitui este local da maneira descrita por eles, um ambiente com muitas vantagens em relação à cidade. É importante destacar que os sentidos produzidos sobre o espaço rural estão intimamente relacionados com o trabalho exercido ali, uma vez que seria impossível trabalhar na agricultura vivendo na cidade. Assim, como o trabalho agrícola constitui uma atividade prazerosa, também a vida no interior se apresenta desta forma.

Sobre o uso de tecnologias, os agricultores entrevistados não se sentem “atrasados” em relação a outros trabalhadores ou setores agrícolas. De maneira oposta, eles apontam a necessidade estar sempre em busca de informações sobre as novidades que surgem no setor de arroz, para poderem continuar garantindo os altos níveis de produtividade que atingem atualmente. Em momento algum foram percebidos sinais de resistência em relação ao uso de tecnologias, mesmo nas falas dos entrevistados com mais de 60 anos de idade.

Novamente, surge uma característica que pode ser motivo de surpresa, pois os agricultores, muitas vezes, são vistos como pessoas sem instrução e, por isso, resistentes às inovações e sem capacidade de aprender novos procedimentos. Diferentemente disto, os trabalhadores entrevistados demonstraram que possuem grande receptividade em relação às tecnologias e buscam sempre aprender o que pode ser feito de forma diferente para poder produzir mais.

Ao analisar os sentidos produzidos sobre a tecnologia, é possível observar diferenças entre os agricultores e os trabalhadores urbanos. De acordo com o estudo de Tonelli (2000), as máquinas utilizadas no cotidiano produzem sentidos ambíguos, uma vez trazem mais velocidade e facilidade em realizar as tarefas, mas ao mesmo tempo aprisionam e impõem o ritmo de trabalho. Já para os agricultores participantes deste estudo, os sentidos da tecnologia também são ambíguos, pois trazem melhorias e ao mesmo tempo fatores negativos. Mas, em momento algum, os agricultores entrevistados indicam a tecnologia como aprisionadora ou como algo que impõe um ritmo. Ao contrário, seus discursos demonstraram que eles são os verdadeiros “gestores” das suas lavouras, decidindo sobre qual tecnologia utilizar, além de como e quanto podem investir nisto. Apontam a utilização das tecnologias principalmente como uma forma de melhorar seu cotidiano e livrar-se das tarefas pesadas, que são agora feitas pelas máquinas.

Ao longo das entrevistas realizadas com os agricultores do Alto Vale do Itajaí, estes demonstraram que possuem facilidade em aprender como utilizar as novas tecnologias e em momento algum descreveram sentimentos de medo ou impotência frente às inovações que surgem em seu cotidiano. De acordo com Tonelli (2000), uma característica apresentada por alguns trabalhadores urbanos entrevistados por ela é a necessidade de grandes esforços para não ficar para trás, para acompanhar as rápidas mudanças que ocorrem no mundo do trabalho devido à inserção de tecnologias. Novamente, os sentidos produzidos sobre a tecnologia são diferentes entre os trabalhadores urbanos citados pela autora e os do meio rural entrevistados nesta pesquisa, uma vez que os agricultores não descrevem essa busca de informação como uma grande dificuldade.

Os agricultores apontaram também que poderiam utilizar ainda mais as tecnologias, se estas não tivessem um custo tão alto, pois possuem dificuldades financeiras para adquirir máquinas e outros implementos. Nestas afirmações, percebe-se outra vez o interesse dos agricultores em utilizar o máximo possível os recursos disponibilizados pela tecnologia. Em relação à isto, caberia aos governos aplicar maiores investimentos no setor agrícola, no sentido de facilitar aos agricultores o acesso às tecnologias para garantir o aumento de sua produção, uma vez que esta é uma das principais formas de ampliar seus lucros.

A descrição sobre os sentimentos que possuem em relação à sua profissão foi outro aspecto comum a todos os entrevistados, os quais sempre apontaram gostar do trabalho que realizam e a satisfação que possuem nesta atividade. Este aspecto fica mais claro ainda nas falas dos entrevistados mais idosos, que continuam trabalhando, mesmo depois de aposentados, apenas pelo prazer de plantar e colher o arroz todos os anos. Esta satisfação faz com que o trabalho seja visto não somente como fonte de renda, mas também como uma atividade imprescindível para suas vidas.

O único aspecto que põe em dúvida a continuidade nesta profissão é a difícil situação que os agricultores vivenciam no momento, com o preço do seu produto diminuindo e os custos com a produção aumentando. Isto faz com que eles se sintam inseguros em relação ao futuro, pois não será possível manter suas famílias com o mesmo padrão de vida que possuem atualmente, se esta condição permanecer. Assim, os agricultores mais idosos pensam em parar de trabalhar se suas lavouras passaram a trazer prejuízos ao invés de lucros. Já os trabalhadores na faixa dos 40 anos de idade têm dúvidas sobre o que farão nos próximos anos, pois sempre trabalharam na agricultura e precisariam encontrar outra forma de garantir o sustento de suas famílias.

Quando questionados sobre o futuro dos filhos, os entrevistados novamente apontaram as dificuldades atuais com um fator que os leva a desejar um futuro diferente para seus descendentes, preferindo que estudem e assumam profissões diferentes. Alguns dos agricultores possuem filhos que já são casados e hoje trabalham na agricultura, mas demonstram muitas dúvidas sobre eles terem feito ou não a “escolha certa” para suas vidas. Diante desta situação, certos trabalhadores entrevistados chegaram a afirmar que não incentivariam os filhos a continuar nesta profissão, mesmo que estes desejassem.

De acordo com esta circunstância, a tendência é de que, dentro de alguns anos, quando estes agricultores pararem suas atividades, não haverá herdeiros para continuar trabalhando nas terras que eram de seus antepassados, encerrando assim, uma atividade tradicional da família. Com isso, cresce o esvaziamento do meio rural, uma vez que os filhos de agricultores passam a residir na “cidade”, onde buscam colocação profissional. Como apontado anteriormente, este fato provoca a total mudança do ambiente rural e a superpopulação dos centros urbanos.

As informações trazidas pelos agricultores sobre os sentimentos relacionados à profissão, às condições vivenciadas atualmente e o que esperam para o futuro de seus filhos indicam como o passado está ligado aos sentidos produzido no presente, e como estes se definem em direção ao futuro. Como indica Spink (2000) os tempos longo, vivido e curto se entrelaçam na história dos sujeitos, produzindo sentidos acerca das situações vivenciadas. Desta forma, os agricultores iniciaram na atividade seguindo os passos de seus pais e gostariam que seus filhos fizessem o mesmo, respeitando a tradição familiar. Mas, a crise pela qual passa a agricultura atualmente modifica os sentidos produzidos em relação ao futuro, fazendo com que eles desejem um futuro diferente para seus descendentes.

De acordo com as afirmações dos entrevistados, o trabalho agrícola é um tipo de ocupação que traz qualidade de vida aos trabalhadores, uma vez que é realizado com satisfação e prazer. Por isso, os jovens que pretendem ficar nessa profissão deveriam ser incentivados através de políticas públicas que proporcionem maiores rendimentos e estabilidade ao agricultor, para que possam continuar na atividade realizada por seus pais e permaneçam residindo no meio rural.

Todos os apontamentos aqui citados indicam que o setor agrícola está passando por um momento de mudanças, expectativas e transformações. Na mesma condição se encontram os agricultores, que possuem muitas dúvidas quanto ao seu futuro e de suas famílias. Considerando que o principal produto do trabalho dos agricultores, a comida, é uma necessidade básica de toda a sociedade, a situação da agricultura deve preocupar não somente os trabalhadores deste setor, mas toda a população que, de qualquer forma, depende do trabalho deles para ter acesso ao alimento.

A realização de estudos que mostrem as condições de vida no meio rural, bem como as melhorias que pode ser feitas neste ambiente são uma das primeiras formas de demonstrar a preocupação com estes trabalhadores tão importantes para a sociedade. Este estudo é apenas uma pequena contribuição diante de tantos aspectos do trabalho agrícola que podem ser investigados. Como apontado anteriormente neste texto, as pesquisas na área da Psicologia costumam focalizar mais os sujeitos urbanos do que os rurais, o que poderia começar a ser modificado através de maiores iniciativas em pesquisas acadêmicas neste campo. Também nas outras áreas do conhecimento,

propostas que visem compreender a realidade rural e participar de sua transformação são ótimas maneiras de contribuir para o bem estar de toda a sociedade.

REFERÊNCIAS

Abramovay, R. (Coord). (2001). *Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar*. Florianópolis: Epagri, NEAD / Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Agronline (2006). *Protestos poderão causar o desabastecimento de arroz*. Recuperado em 16 jun. 2006. <http://www.agronline.com.br/agronoticias/noticia.php?id=2242>

Albuquerque, F. J. B. (2002). Psicologia social e formas de vida rural no Brasil. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 18(1), 37-42.

Albuquerque, F. J. B. & Pimentel, C. E. (2004). Uma aproximação semântica aos conceitos de urbano, rural e cooperativa. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20(2), 175-182.

Alves, A. J. (1991). O planejamento de pesquisas qualitativas em educação. *Cadernos de Pesquisa*, 77, 53-61.

Antunes, R. L. C. (2005). *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo.

Benakouche, T. (1999). Tecnologia é sociedade: contra a noção de impacto tecnológico. *Cadernos de Pesquisa*, 17, 2-23.

Berger, P. Luckmann, T. (1985). *A construção social da realidade*. 19 ed. Petrópolis: Vozes.

Berger P, & Luckmann, T. (2004) *Modernidade, pluralismo e crise de sentido: a orientação do homem moderno*. Petrópolis: Vozes.

Castells, M. (2002). *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra.

Codo, W., Hitomi, A. H. & Sampaio, J. J. C. (1993) *Indivíduo, trabalho e sofrimento: uma abordagem interdisciplinar*. Petrópolis: Vozes.

Companhia Nacional de Abastecimento (2006). *Conab divulga levantamento da safra*. Recuperado em 02 jun. 06. <http://www.conab.gov.br/conabweb/index.php?PAG=73&NSN=233>

Coutinho, M.C. (1999). Trabalho e construção da identidade. *Psicologia em Estudo*, 4(1), 29-43.

Dagnino, R. (2006). *Enfoques sobre a relação ciência, tecnologia e sociedade: neutralidade e determinismo*. Recuperado em 20 out. 2006. <http://www.oei.es/salactsi/rdagnino3.htm>

Dubar, C. (1998). Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. *Educação e Sociedade*, 19(62), 13-30.

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. (2006). *Sistemas de cultivo*. Recuperado em 15 fev. 2007. <http://www.cnpaf.embrapa.br/arroz/index.htm>

Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. (2006) *Gerência Regional de Rio do Sul*. Recuperado em 16 jun. 2006. <http://www.epagri.rct-sc.br/>

Ferreira, J. M. (2001). Novas tecnologias e organização do trabalho. In Pereira, A. G. (Org.), *Globalizações: novos rumos no mundo do trabalho* (pp. 67-101). Florianópolis: Ed. da UFSC, SOCIUS.

Fonseca, T.M.G. (1999). Diálogos entre o capital e os sexos. *Revista de Ciências Humanas*, Edição Especial Temática, 107-126.

Gehlen, I. (2001) Pesquisa, tecnologia e competitividade na agropecuária brasileira. *Sociologias*, 3 (6), 70-93.

González Rey, F. L. (2002). *Pesquisa qualitativa em Psicologia: caminhos e desafios*. São Paulo: Pioneira.

Graziano da Silva, J. (1999). *Tecnologia e agricultura familiar*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS.

Guareschi, N. M. F., Medeiros, P. F. e Bruschi, M. E. (2003a). Psicologia social e estudos culturais: rompendo fronteiras na produção do conhecimento. In: Guareschi, N. M. F. e Bruschi, M. E. *Psicologia social nos estudos culturais: perspectivas e desafios para uma nova psicologia social* (pp. 23-50). Petrópolis: Vozes.

Guareschi, N. M. F., Oliveira, F. P., Gianechini, L. G., Comunello, L. N., Nardini, M. & Pacheco, M. L. (2003b). Pobreza, violência e trabalho: a produção de sentidos de meninos e meninas de uma favela. *Estudos de Psicologia*, 8(1), 45-53.

Hall, S. (2005). *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10.ed. Rio de Janeiro: DP&A.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2006) *Indústria – Produção física – Agroindústria*. Recuperado em 20 jun. 2006. http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria/pimpfagro_nova/default.shtm

Instituto Riograndense do Arroz (2006). *Crise do setor arrozeiro motiva novas manifestações*. Recuperado em 16 jun. 2006. http://www.irga.rs.gov.br/index.php?action=noticia_detalhe&id=1586

Lamarche, H. (1997). *A agricultura familiar: comparação internacional*. Campinas: UNICAMP.

Marcuse, H. (1999). *Tecnologia, guerra e fascismo*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP.

Marx, K. (1983). Manuscritos econômicos e filosóficos. In Fromm, E. *O conceito marxista de homem* (pp. 89-102). Rio de Janeiro: Zahar.

Marx, K. (1998). *O capital: crítica da economia política*. 16 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Mascareño, R. M. P. (1999). *A adoção de inovações tecnológicas entre os pequenos agricultores: uma análise psicossocial da extensão rural pública na Paraíba*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

Mussoi, E. M. (2003). Políticas públicas para o rural em Santa Catarina: descontinuidades na continuidade. In Paulilo, M. I. S. & Schmidt, W. (Orgs.), *Agricultura e espaço rural em Santa Catarina*. (pp. 211-235) Florianópolis: Ed. da UFSC.

Paulilo, M. I. S. & Schmidt, W. (Orgs.) (2003). *Agricultura e espaço rural em Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC.

Paulilo, M. I. S. (2004). Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. *Estudos Feministas*, 12(1), 229-252.

Pinheiro, O. G. (2000). Entrevista: uma prática discursiva. In: Spink, M. J. *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. 2.ed. São Paulo: Cortez Editora.

Peres, F., Lucca, S. R., Ponte, L. M. D., Rodrigues, K. M. & Rozemberg, B. (2004). Percepção das condições de trabalho em uma tradicional comunidade agrícola em Boa Esperança, Nova Friburgo, Rio de Janeiro, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 20 (4), 1059-1068.

Rebecchi, E. (1990). *O sujeito frente à inovação tecnológica*. Petrópolis: IBASE.

Silva, V. (2002). Jovens de um rural brasileiro: socialização, educação e assistência. *Cadernos Cedes*, 22 (57), 97-115.

Soares, D. H. (2002). *A escolha profissional: do jovem ao adulto*. São Paulo: Summus.

Spink, M. J. (2000) *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. 2.ed. São Paulo: Cortez Editora.

Spink, M. J., Frezza, R. M. (2000). Práticas discursivas e produção de sentidos: a perspectiva da psicologia social. In: Spink, M. J. *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. 2.ed. São Paulo: Cortez Editora.

Spink M. J. e Lima, H. (2000). Rigor e visibilidade: a explicitação dos passos da interpretação. In: Spink, M. J. *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. 2.ed. São Paulo: Cortez Editora.

Spink, M. J., Medrado, B. (2000). Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: Spink, M. J. *Práticas*

discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas. 2.ed. São Paulo: Cortez Editora.

Spink, M. J. e Menegon, V. M. (2000). A pesquisa como prática discursiva: superando os horrores metodológicos. In: Spink, M. J. *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. 2.ed. São Paulo: Cortez Editora.

Spink, M. J. (2004). *Linguagem e produção de sentidos no cotidiano*. Porto Alegre: EDIPUCRS.

Stropasolas, V. L. (2004). O valor (do) casamento na agricultura familiar. *Estudos Feministas*, 12(1), 253-267.

Stropasolas, V. L. (2005) Juventude rural: uma categoria social em construção. *XII Congresso Brasileiro de Sociologia GT 22: Sociologia da Infância e Juventude*. Recuperado em 30 set. 2005. <http://www.sbsociologia.com.br/>

Szymanski, H. (2000). Entrevista reflexiva: um olhar psicológico para a entrevista em pesquisa. *Psicologia da Educação*, 10/11, 193-215.

Tolfo, S. R.; Coutinho, M. C.; Almeida, A. R.; Baasch, D.; Cugnier, J. S. (2005). Revisitando abordagens sobre sentidos e significados do trabalho [CD-ROM]. In: Fórum CRITEOS 2005, *Anais, Fórum Criteos 2005*, 2. Porto Alegre, RS: UFRGS/EA; Quebec, Canadá: HEC.

Tonelli, M.J. (2000). *Os sentidos das máquinas: novas tecnologias e aceleração do cotidiano de trabalho*. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

Triviños, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.

Veiga, J. E. (2000) *A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura*. Porto Alegre: UFRGS.

Vilela, M. F. (2002). *A reforma agrária e a agricultura familiar como estratégias de desenvolvimento*. Portal do Agronegócio. Recuperado em 10 fev. 2007. <http://www.portaldoagronegocio.com.br/>

Wanderley, M. N. B. (2001). Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: J.C. Tedesco (Org), *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. (pp. 21-55). Passo Fundo: UPF.

Woortmann, E. F. & Woortmann, K. (1997). *O Trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília-DF: EDUnB.

Zago, N. (2003). A entrevista e seu processo de construção: reflexões com base na experiência prática de pesquisa. In: Zago, N. Carvalho, M. P., Vilela, A. T. (orgs). *Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação*. Rio de Janeiro: DP&A.

APÊNDICES

Apêndice 1

Roteiro de Entrevista

Dados de Identificação

Nome:

Idade:

Estado Civil:

Escolaridade:

Quem reside na casa:

Número de membros da família:

Quantos trabalham na agricultura:

Trajetória de Vida e Trabalho

- Há quanto tempo o senhor trabalha na agricultura?
- Como o senhor começou a exercer este trabalho?
- A sua família (pais, avós) trabalhavam em que?
- As terras em que o senhor trabalha são suas? Se sim, desde quando, como adquiriu? Se não, de quem são e como funciona o trabalho?
- O senhor trabalha sozinho no cultivo das terras? Se não, quem trabalha com o senhor?
- O senhor está satisfeito com seu trabalho atualmente? Por quê?
- O senhor pretende continuar trabalhando na agricultura? Por quê? Se sim, por quanto tempo, pretende continuar na mesma atividade? Se não, o que pretende fazer?
- Se tiver filhos: O senhor deseja que seus filhos continuem o trabalho na agricultura? Por quê?

Trabalho e Vida no meio rural

- O senhor sempre residiu neste local?
- O que o senhor acha de viver aqui?
- Gostaria de morar em outro local? Onde?
- Quais as principais diferenças da vida no campo e na cidade?
- O que o senhor acha do seu trabalho?
- Quais são as fontes de renda sua e da família?
- Como é a divisão do trabalho no grupo familiar?

Mudanças devido à inserção de tecnologias

- O que é tecnologia para o senhor?
- Desde que o senhor começou a trabalhar na agricultura, quais as principais mudanças que aconteceram na forma de executar o trabalho?
- Como o senhor aprendeu a lidar com elas?
- Das pessoas que trabalham com o senhor, quem mais trabalha com as tecnologias?
- O que o senhor acha destas mudanças?

- Existe alguma tecnologia que o senhor sabe que existe e gostaria de ter acesso para utilizar aqui na sua propriedade?
- Quais mudanças o senhor espera/pensa que ainda vão ocorrer no modo de trabalhar na agricultura?

Finalização

- O senhor quer falar mais alguma coisa que você acha importante me contar sobre este assunto e eu não tenha perguntado?
- Agradecer a participação, questionando sobre a possibilidade de vir procurá-lo novamente se surgir a necessidade de mais informações.

Apêndice 2

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Meu nome é Michele Caroline Stolf, aluna do mestrado em Psicologia da UFSC, e estou desenvolvendo a pesquisa **Os sentidos atribuídos por agricultores às tecnologias utilizadas em seu cotidiano de trabalho**, sob a orientação da Professora Maria Chalfin Coutinho. Nesta pesquisa pretendo investigar os sentidos que agricultores atribuem às tecnologias no seu trabalho. Para tanto, vou realizar entrevistas, nas quais irei perguntar sobre o seu trabalho e o uso de tecnologias. Solicito sua permissão para utilizar o gravador, pois em seguida o conteúdo da entrevista será transcrito e, se você tiver interesse, trarei este material para você ler e fazer correções, se achar necessário. Espero que este estudo possa trazer benefícios para você e outros que trabalham na agricultura, pois os resultados podem ser utilizados no planejamento de políticas públicas que visam melhorar a qualidade de vida no meio rural. Se você tiver alguma dúvida com relação à pesquisa, ou não quiser mais que seus dados sejam utilizados, pode entrar em contato comigo pelos telefones 525-0783 ou 9927-4283. Se você concordar em participar, garanto que sua identidade será mantida em sigilo e as informações serão utilizadas somente neste trabalho.

Assinaturas:

Pesquisadora: _____

Orientadora da pesquisadora: _____

Eu, _____, fui esclarecido(a) sobre a pesquisa **Os sentidos atribuídos por agricultores às tecnologias utilizadas em seu cotidiano de trabalho** e concordo que meus dados sejam utilizados na realização da mesma.

(local e data)

Assinatura: _____

RG: _____